

# **INFORMAÇÃO**

**DO SR. PRESIDENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

– janeiro a março 2015

2015

## ÍNDICE

I. DIREITO DE OPOSIÇÃO .....	2
II. INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.....	6
Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras .....	14
III. ANÁLISE FINANCEIRA .....	16
Grandes Opções do Plano .....	16
Execução Orçamental.....	22
Receita.....	24
Despesa .....	33
Dívidas a terceiros .....	36
Prazo médio de Pagamento.....	37
Dívida Total ao Abrigo da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro .....	38
Atividade Municipal / Plano de Desenvolvimento Estratégico .....	41

## I. DIREITO DE OPOSIÇÃO



### Relatório de avaliação do Direito de Oposição Ano de 2014

#### 1. Introdução

A Lei n.º24/98, de 26 de maio, que aprovou o *Estatuto do Direito de Oposição* veio regular e densificar o direito contido no artigo 114.º, n.º3 da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo aos partidos políticos representados em órgãos colegiais de âmbito nacional, regional e local, que não tenham assumido funções executivas, o “*direito de serem informados regular e diretamente (...) sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público*”.

O conceito legal de oposição abrange, nos termos do n.º1, do artigo 2.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio, “*a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas (...) dos órgãos executivos das autarquias locais*”.

Do elenco dos poderes contidos no Estatuto do Direito de Oposição incluem-se, o *direito à informação, o direito à consulta prévia, direito de participação, direito de depor e o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consagrados no Estatuto do Direito de Oposição*.

Nos termos do disposto no n.º1 do artigo 10.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio, a câmara municipal deve elaborar, até ao fim do mês de março do ano subsequente, o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias previstas no Estatuto do Direito de Oposição, a fim de serem enviados aos titulares do direito de oposição para que sobre os mesmos se possam pronunciar e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.

#### 2. Titulares do direito de oposição

Nas autarquias locais e conforme se dispõe no artigo 3.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio são titulares do direito de oposição:

- os partidos políticos representados na assembleia municipal que não estejam representados na câmara municipal;
- os partidos políticos representados na câmara municipal, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;
- grupos de cidadãos eleitores que estejam representados na câmara e na assembleia municipal e não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata no exercício de funções executivas.

No caso do Município de Oeiras, durante o ano de 2014, assumiram pelouros o grupo de cidadãos eleitores *Isaltino Oeiras Mais à Frente* (IOMAF) e dois dos três Vereadores do *Partido Social Democrata*. São, então titulares do direito de oposição:

- o *Partido Socialista (PS)*, representado na Câmara Municipal por dois vereadores e na Assembleia Municipal por 8 deputados municipais;
- a *Coligação Democrática Unitária (CDU)*, representada na Câmara Municipal por 1 vereador e na Assembleia Municipal por 4 deputados municipais;
- o *Bloco de Esquerda (BE)*, representado na Assembleia Municipal por 1 deputado municipal;
- o *Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)*, representado na Assembleia Municipal por 1 deputado municipal;
- o *Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)*, representado na Assembleia Municipal por 1 deputado municipal.

### **3. Cumprimento do Estatuto de Oposição**

Considerando que compete, à câmara municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, nos termos da alínea yy), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais e ao presidente da câmara municipal, o dever especial de promover o cumprimento deste Estatuto e a publicação do respetivo relatório de avaliação, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 35.º do mesmo diploma legal. Tendo em atenção que é reconhecida à assembleia municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º2, alínea h) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a faculdade de “discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição”, indicam-se os atos praticados em observância dos direitos consagrados no referido Estatuto do Direito de Oposição:

#### **3.1. Direito à informação**

Determina o artigo 4.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio que o *direito de informação*, se concretiza pela faculdade de “os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade”.

Assim, foi dado cumprimento ao previsto nos artigos 25.º, n.º2, alíneas b), c), d) e 35.º, n.º1, alíneas s), t), u), x) e y) e n.º4, ambos da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro:

- Foi disponibilizada informação aos titulares do direito de oposição com representação na Câmara e na Assembleia Municipais, divulgando-se os documentos contendo os resultados da participação do município nas empresas locais e nas demais entidades participadas pela edilidade;
- Foi enviada, antes de cada sessão ordinária, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos partidos políticos representados neste órgão, informações escritas do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do município e demais documentos complementares, conforme determinado pela alínea y) do n.º1 do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;
- Foram prestadas algumas das informações solicitadas diretamente pelos vereadores, verbalmente na própria reunião de câmara ou posteriormente, por escrito;



- Foram facultadas algumas informações solicitadas aos titulares do direito de oposição representados na Assembleia Municipal sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
- Foram publicadas as deliberações dos órgãos autárquicos e das decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 35.º, n.º1, alínea t) e 56.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro;
- Remeteram-se à Assembleia Municipal as minutas das atas das reuniões da Câmara Municipal, após a aprovação das mesmas.

Foram disponibilizados, as ordens de trabalho, o conteúdo das propostas de deliberação e os documentos que as instruíram, através da plataforma informática *Salão Nobre Digital* disponível no *Portal da intranet* aos vereadores e deputados municipais.

Saliente-se ainda, que através do *sítio da internet* do Município de Oeiras – [www.cm-oeiras.pt](http://www.cm-oeiras.pt) - é disponibilizada informação acerca de toda a atividade municipal. Através deste meio de comunicação é possível aceder *online* às seguintes publicações: *Boletim Municipal-Oeiras Atual*; *Oeiras em Revista*; e *30 Dias*. Todas estas publicações são publicadas, também em suporte de papel.

Para além dos meios de comunicação mencionados, o trabalho e iniciativas desenvolvidas pelo município foi divulgada nos seguintes suportes *online*: *Facebook*; *Issuu*; *Linkedin* e *Twitter*.

### **3.2. Direito de consulta prévia**

Conforme o disposto no n.º3 do artigo 5.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio, este direito, ao nível autárquico, consubstancia-se pela faculdade de *“os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”*.

Com vista ao exercício deste direito e no âmbito da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 foi solicitado que aos representantes do PS e CDU, a sua presença em duas reuniões de câmara municipal. As aludidas reuniões tiveram lugar nos dias 22 e 24 de outubro de 2014, no Salão Nobre, no edifício dos Paços do Concelho, com o objetivo de serem discutidos os vários contributos para a elaboração destes documentos previsionais.

Ainda com vista ao cumprimento deste desiderato, foram disponibilizadas, as ordens de trabalho das reuniões da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal e, facultados para consulta toda a informação respeitante à elaboração, discussão e votação deste documentos previsionais, assim, como a presença de dirigentes e técnicos da autarquia com vista ao esclarecimento das dúvidas suscitadas pelos membros dos dois órgãos municipais.

### **3.3. Direito de participação**

De acordo com o determinado no artigo 6.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio, *“os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante,*

*bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza o justifiquem”.*

No cumprimento do disposto no Estatuto do Direito de Oposição foram, durante o ano de 2014 apresentados pelos partidos da oposição e seus representantes, nas reuniões e sessões dos órgãos municipais moções, requerimentos e declarações políticas.

Enquanto manifestação do exercício deste direito foram devidamente publicitadas e, integralmente transcritas nas atas das reuniões ou sessões da Câmara e Assembleia Municipais, ou anexadas, moções, requerimentos verbais ou escritos, declarações políticas e declarações de voto.

Foram enviados convites aos membros dos órgãos municipais para a sua presença e participação nos atos e atividades oficiais realizadas no concelho.

#### **3.4. Direito de depor**

Admite o artigo 8.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio que *“os partidos políticos da oposição têm o direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevantes interesse (...) local”.*

Durante o ano de 2014, os titulares do direito de oposição não intervieram em nenhuma comissão ou outra forma de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse local, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8.º do diploma legal supra identificado.

#### **4. Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância e respeito pelos direitos e garantias do Estatuto do Direito de Oposição**

Conforme disposto no artigo 10.º, nºs.1 e 2 da Lei n.º24/98, de 26 de maio, a Câmara Municipal de Oeiras elaborou o presente relatório, por forma a ser enviado aos titulares do direito de oposição para sobre ele se pronunciarem.

Podendo, de acordo com o previsto no artigo 10.º, n.º3 da Lei n.º24/98, de 26 de maio e do artigo 25.º, n.º2, alínea h) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição ser este relatório objeto de discussão pública na Assembleia Municipal de Oeiras.

#### **5. Conclusão**

Em face do exposto, demonstra-se terem sido assegurados os direitos incluídos no Estatuto do Direito de Oposição, por parte do Executivo Municipal e do seu Presidente no cumprimento do disposto nos artigos 33.º, n.º1, alínea yy) e 35.º, n.º1, alínea u), ambos da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. Permitindo-se aos titulares do direito de oposição o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas da Câmara Municipal de Oeiras.

Nestes termos e, conforme se dispõe no artigo 10.º, n.º5 da Lei n.º24/98, de 26 de maio será o presente relatório publicado no Boletim Municipal de Oeiras.

O Presidente

Paulo Vistas

---

## II. INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE

Nos termos da alínea e) do n.º1 do art.º 53, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, submeto à apreciação da Assembleia Municipal de Oeiras a presente informação que se reporta à atividade e situação financeira do Município, relativa aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015.

As visitas de trabalho realizadas no âmbito do “**Oeiras Tem Voz**” arrancaram no dia 9 de janeiro na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada - Dafundo – Localidades Algés e Miraflores. Seguiu-se, a 23 de janeiro, a Freguesia de Porto Salvo. A 30 de janeiro, foi a vez da União de Freguesias de Oeiras e São Julião, Paço de Arcos e Caxias - Localidade: Oeiras.

Em fevereiro, o “Oeiras Tem Voz” arrancou, no dia 13, na Freguesia de Barcarena e, no dia 27, a visita fez-se à União de Freguesias de Oeiras e São Julião, Paço de Arcos e Caxias – Localidade: Oeiras.

O mês de janeiro ficou marcado por duas inaugurações de equipamentos desportivos e de lazer, nomeadamente o Complexo Desportivo de Porto Salvo e a 1ª etapa da pista pedociclável de Algés à Cruz-Quebrada. Ambos refletem e dão continuidade à política de incentivo à prática desportiva e à adoção de hábitos saudáveis que este Município tem promovido ao longo dos últimos anos.

Em janeiro foi **inaugurado o Complexo Desportivo de Porto Salvo**, localizado na Rua Casal do Deserto, um equipamento desportivo de qualidade que proporciona aos munícipes excelentes condições para a prática de atividade física e desportiva, nomeadamente do futebol. A obra de construção deste Complexo Desportivo consistiu num investimento municipal de €4.365.350,08.

Com uma área total de cerca de 2,8ha, este novo equipamento municipal é constituído por dois campos independentes, destinados à prática de futebol 11 e de 7, com relvados sintéticos, iluminação artificial, servidos por bancadas, balneários e áreas de apoio. O campo de futebol 11 dispõe ainda de áreas afetas à direção e zona administrativa, apoio de bar, copa, sala de refeições, ginásio, sala de massagem e gabinete médico. Zonas de estacionamento, arruamentos de acesso e espaços ajardinados completam o conjunto edificado.

A gestão deste equipamento desportivo é da responsabilidade da Oeiras Viva EM, empresa municipal com experiência acumulada, na prossecução do interesse público, na gestão e administração de diversas instalações desportivas do Concelho.

O Atlético Clube de Porto Salvo (ACPS) é o “clube residente”.

A **1ª etapa da pista pedociclável de Algés à Cruz-Quebrada** foi inaugurada oficialmente no dia 24 de janeiro. Este investimento municipal de 115 mil euros permite ligar a zona da estação da Cruz Quebrada e

do Parque Desportivo do Jamor à zona ribeirinha de Algés, num traçado paralelo e a sul da linha de caminho-de-ferro.

A nova via pedociclável possui três metros de largura (e ampliável para uma largura superior, caso o seu uso assim o justifique), com uma extensão aproximada de 950 metros, desenvolvendo-se na frente panorâmica situada entre a foz do rio Jamor e o arruamento já pavimentado que liga à zona localizada a sul da estação ferroviária de Algés.

A ciclovía ribeirinha de Algés irá, de futuro, dar continuidade ao previsto prolongamento do Passeio Marítimo, entre a zona da curva do Mónaco e a Cruz Quebrada.

No âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos, integrado no Plano Estratégico Habitar Oeiras, que visa fomentar a construção de habitação de forma a permitir e incentivar a fixação de jovens e contrariar a tendência de envelhecimento que se tem vindo a verificar no concelho, a Câmara Municipal de Oeiras procedeu ao **sorteio de dez casas no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos**. O sorteio decorreu no dia 26 de fevereiro, no Departamento de Habitação Reabilitação Urbana, tendo sido atribuídos oito fogos na Rua Costa Pinto Nº 196, em Paço de Arcos com tipologias entre o T0 e o T2 e dois fogos na Rua da Costa Nº 9, em Oeiras com tipologias T0 e T1.

Também dirigido aos jovens munícipes foi criado o **Cartão Jovem Municipal**, mediante a celebração de um acordo de colaboração entre o Município de Oeiras e a MOVIOJEM – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, numa cerimónia que decorreu, em fevereiro, na Escola Secundária de Miraflores, tendo contado com a presença do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Emídio Guerreiro.

O Cartão Jovem Municipal consiste numa iniciativa que concede aos jovens munícipes, entre os 12 e os 29 anos (inclusive), um conjunto alargado de vantagens (a acrescentar às globais do Cartão Jovem nacional), que promovem a mobilidade e a aquisição de serviços.

O Município mantém a sua aposta nas Relações Internacionais. Neste sentido, foi assinada, em março, a **Declaração de Intenções de Geminção entre Oeiras e Gebze (Turquia)**, no Salão Nobre do Palácio do Marquês de Pombal. Esta cerimónia decorreu no âmbito de uma visita que o Presidente da Câmara Municipal de Gebze (Turquia), Adnan Kosker, realizou ao concelho.

Pretende-se com esta geminação, abrir mais uma oportunidade para o aprofundamento, a nível local, da boa relação existente entre os dois povos, português e turco, com laços históricos e culturais que há muitos séculos os unem, que importa ver fortificados, com vista ao aprofundar na contemporaneidade essa relação antiga.

Os Municípios de Oeiras e de Gebze são ambos situados em grandes centros urbanos e os dois têm o mar como via de aproximação para outros povos, tendo vindo a construir uma amizade que importa ver fortalecida.



E é esse o papel que as autoridades locais têm vindo a desempenhar na Era da globalização. Um papel cada vez mais importante para a prossecução do desenvolvimento, num quadro harmonioso de cooperação entre os Povos, no qual as geminações entre municípios de diferentes países se têm vindo a constituir como um dos principais catalisadores.

Foi esta intenção de uma futura geminação que motivou a visita do edil turco ao Concelho de Oeiras, na qual Adnan Kosker, na qual teve oportunidade de conhecer alguns dos locais mais emblemáticos do território oeirense. O Porto de Recreio de Oeiras e o Passeio Marítimo, os parques empresariais Quinta da Fonte, Lagoas Park e Taguspark, os bairros municipais de Outurela, Portela e Barronhos e o Pavilhão Desportivo Carlos Queiroz foram alguns dos locais por si visitados.

Por último, recorde-se que, o Município de Oeiras, ciente da importância do estabelecimento de relações mais profundas com os seus congéneres, tem vindo a desenvolver as suas relações intermunicipais, tanto no plano nacional como internacional. Oeiras encontra nas suas relações de geminação e de cooperação um instrumento privilegiado de ação, sendo que o âmbito e o papel destas têm-se adaptado e desenvolvido, em conformidade com os contextos históricos, culturais e económicos do Município.

As políticas sociais e o apoio a quem mais precisa continua a ser apanágio desta autarquia.

Contra os maus tratos e em defesa de uma política integrada de proteção dos Direitos da Pessoa Idosa, a Câmara Municipal de Oeiras apoia a campanha nacional de sensibilização **“Tricota esta ideia – uma manta pelos direitos dos idosos”**, dinamizada pelo projeto Juntos por Mais. Neste âmbito, Oeiras fez questão de marcar presença numa deslocação à Assembleia da República, no dia 21 de janeiro, na qual o grupo de promotores da iniciativa foi recebido pela Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, bem pelos presidentes das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão, e de Segurança Social e Trabalho, Deputado José Manuel Canavarro. O grupo, liderado pela presidente da Juntos Por Nós, Ana Martins, contou ainda com a presença dos dois padrinhos da iniciativa, Ricardo Carriço e Sílvia Rizzo.

A par da receção, procedeu-se à exposição da manta gigante na escadaria do Palácio de São Bento.

O programa **“Oeiras Solidária”** foi objeto de uma reunião entre a Câmara Municipal de Oeiras e mais de três dezenas de empresas aderentes, que decorreu, no dia 10 de fevereiro, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. O objetivo deste encontro foi o de apresentar os eixos estratégicos do plano de ação do referido programa para 2015, visando facilitar a organização das empresas no que concerne à sua atuação no âmbito da Responsabilidade Social.

Recorde-se que, em setembro de 2014, Oeiras celebrou o 10º ano do programa “Oeiras Solidária”, criado pela Câmara Municipal em 2004 com o objetivo de promover a sustentabilidade e coesão social no concelho, através do fomento do relacionamento entre as empresas e as organizações sociais. Trata-se, resumidamente, de uma plataforma que promove o encontro entre os recursos do tecido empresarial, no

âmbito das suas políticas de responsabilidade social corporativa e as necessidades dos agentes locais. Em 2014 aderiram ao programa mais 22 empresas (de 84 para 106).

Neste início de ano não faltaram eventos abertos à população oeirense.

O **Dia Nacional do Doente Coronário** foi dedicado à temática “Como prevenir o Enfarte do Miocárdio” e teve como palco das comemorações o Porto de Recreio de Oeiras, numa iniciativa conjunta da Fundação Portuguesa de Cardiologia com a Câmara Municipal de Oeiras. Assim no dia 14 de Fevereiro, realizou-se a iniciativa “PASSEIO COM O CORAÇÃO - um parceiro para a vida”, uma caminhada orientada realizada no Porto de Recreio de Oeiras.

No local, para além dos rastreios cardiovasculares gratuitos e de um espaço com aconselhamento nutricional, estiveram também presentes a Associação de Produtores da Maçã de Alcobaça, com oferta de fruta e sumos, e o Museu do Pão, com oferta de Pão São.

No seu conjunto, este evento pretendeu ser uma referência à importância da adoção de estilos de vida saudável, que incluía a prática de atividade física e uma alimentação saudável.

O Município de Oeiras voltou a comemorar o **Dia Mundial da Floresta** e a chegada da Primavera com atividades de plantação, abertas à participação da população. No dia 21 de março, foram plantadas cerca de 200 árvores e arbustos nos espaços verdes contíguos à Estrada de Oeiras, traseiras da Urbanização Fórum Oeiras e cortina arbórea do Cemitério de Oeiras.

Esta atividade, realizada no âmbito dos Planos Municipais de Arborização, da Água, da Vegetação e dos Corredores Verdes, integra-se num conjunto de iniciativas que visam dar continuidade à construção sustentável dos espaços verdes, destinado à participação dos moradores, escolas e empresas locais.

O **Dia dos Namorados** foi celebrado com um passatempo de fotografias que decorreu no *Facebook* do Município. Aos namorados cujas fotografias obtiveram o maior número de “gostos” (“likes”) foi oferecido um jantar, no dia 14 de fevereiro, num dos seguintes quatro restaurantes do concelho parceiros no evento: Casa da Dízima, Casa Galega, Mensa e Rio’s.

Oeiras é cada vez mais um local apetecível para a realização de eventos internacionais.

Em fevereiro, foi apresentada à Comunicação Social a realização do **Concurso Internacional de Vinhos “Selezione del Sindaco”**, que pela primeira vez vai ser realizado fora de Itália, cabendo ao município de

Oeiras a honra de o acolher entre os dias 29, 30 e 31 de maio. A sua apresentação aos órgãos de comunicação social teve lugar no Lagar de Azeite.

Para além da apresentação do “Selezione del Sindaco” foram expostos elementos sobre a Cidade Europeia do Vinho 2015, pelo Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz, sobre a FICOR - Feira Internacional da Cortiça e da Festa do Vinho Europeu, e sobre a Festa Europeia dos Vinhos e do Enoturismo pela Confraria do Vinho de Carcavelos.

Em março, o Palácio do Marquês de Pombal foi palco de um seminário, organizado pela Associação dos Escanções de Portugal, que pretendeu assinalar o **Dia do Escanção**. O evento contou com a presença dos Presidentes da CVR Lisboa, Vasco d’Avillez, e da Associação dos Escanções de Portugal, Rodolfo Tristão.

A programação cultural continuou a marcar ritmo, com eventos para todas as idades.

Em janeiro, deu-se início a um novo ciclo de **Conversas na Aldeia Global**, moderado por Vasco Trigo, com uma sessão que teve como convidado o investigador do Instituto Gulbenkian Ciência (IGC), Miguel Soares, para um debate sobre «A nossa interação com os Micróbios». Em fevereiro, a conversa debruçou-se sobre o tema *Que Lugar para a História da Ciência na vida cultural de um país?*, tendo como convidado Henrique Leitão, distinguido com o prémio Pessoa 2014 que destaca a personalidade portuguesa cuja obra alcançou relevância particular nos campos das Artes, Ciência ou Cultura. O Prof. José Manuel Silva, Bastonário da Ordem dos Médicos, foi o convidado da sessão de março, que teve como tema a Sustentabilidade do Serviço Nacional da Saúde.

A segunda edição de **Livros Proibidos** (2015) é dedicada ao tema Livros Proibidos na Religião. “Os Versículos Satânicos”, de Salman Rushdie, foi a primeira obra em análise na primeira sessão, que teve lugar no dia 25 de fevereiro, a qual teve como convidado Anselmo Borges, professor universitário, cronista, teólogo e pensador do mundo.

A sessão do ciclo “Livros Proibidos de março teve como tema *A Brincadeira*, de Milan Kundera, pelo olhar de Zita Seabra, uma das figuras da política portuguesa, dedicando-se, atualmente, à função de editora na conhecida Aletheia.

Ambas as sessões foram moderadas pelo jornalista Ricardo Costa

Refira-se que, ao longo deste ano serão revisitados alguns dos lugares literários, políticos e culturais mais polémicos, de autores controversos, sobre um dos discursos que está aí na ordem do dia: o fundamentalismo e a censura. Um tema há muito pensado e que pretende refletir sobre a intolerância ideológica, a liberdade de expressão, a ética e o direito ao pensamento.

O horizonte temático desta segunda edição é Livros Proibidos na Religião. Estados Laicos, Estados Fundamentalistas. Na abordagem que se pretende efetuar o conceito religião deverá ser perspectivado no sentido amplo enquanto sistema totalitário e fundamentalista. A política dos mercados e a estratégia economicista da Europa, por exemplo, é a nova religião dos Estados totalitários Europeus. Mas não só, os vários fundamentalismos, terrorismos religiosos que habitam e sempre habitaram o mundo, bem como o reaparecimento do Estado Islâmico ou Novo Califado. A escolha do tema é, por isso, perfeitamente atual e está na ordem do dia. A divisão entre Estados Laicos e Estados Fundamentalistas, uma das grandes questões políticas do nosso e de todos os tempos, permite diversificar e ampliar o leque e recuperar textos de períodos históricos e literários diferentes.

No âmbito da comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil, as Bibliotecas Municipais convidaram as crianças e os seus familiares a participar em mais uma edição do **Pijama às Letras**, convidando-os a passarem uma noite diferente, num ambiente de magia, entre histórias, contos e livros de encantar.

Esta iniciativa, destinada a crianças dos três aos 10 anos e respetivos familiares, tem como palco as três bibliotecas municipais. Em março a iniciativa realizou-se nas bibliotecas de Algés e de Carnaxide. Em abril, dia 17, será a vez da biblioteca de Oeiras.

Destaque também para a oferta de exposições.

O **Centro Cultural Palácio do Egipto** apresentou a exposição “Cosmogonias”, de Alberto D’Assumpção e Cristina Vouga, de 30 de janeiro a 1 de março.

Seguiu-se a exposição coletiva de Fotografia e Instalação, intitulada VITIS VINIFERA MEMORANDUM, inaugurada em março e que ficará patente até 26 de abril, que é constituída por obras inéditas cujo tema central é o Vinho. Este projeto expositivo reúne fotografias de António Moutinho, Frederico Serra, Joaquim Leal, João Carlos Rodrigues, Vasco Pinhol, Ana Real, DeJesus, Francisco Leal, Helena de Sousa Pinheiro, Janica Nunes e Sara Duarte e quatro instalações de Helena de Sousa Pinheiro.

O **CAMB - Centro de Arte Manuel de Brito** inaugurou a exposição “Laços de Família”, com obras de Menez, Ruy Leitão, Joana Leitão Salvador e Madalena Leitão, no dia 26 de Março. Esta exposição, que ficará patente até dia 13 de Setembro de 2015, pretende estabelecer um exercício de diálogo e de confrontação entre as obras tão diferentes de quatro gerações da mesma família.

A **Livraria-Galeria Municipal Verney** abriu o programa de 2015 com uma exposição de pintura e cerâmica de Neusa Negrão, Elsa Figueiredo e Helena Brízido, que ficou patente ao público de 17 a 28 de fevereiro.



Em março, a Verney inaugurou a 14ª exposição da Coleção Neves e Sousa, intitulada “A Floresta Africana na Coleção Neves e Sousa”, que ficará patente ao público até 9 de maio.

“I Love Kuduro” é o título do filme que, no âmbito da Coleção Neves e Sousa, foi exibido, no dia 21 de março, na Livraria-Galeria Municipal Verney. O evento contou com a presença do realizador Mário Patrocínio e do diretor de fotografia Pedro Patrocínio, com os quais o público teve oportunidade de conversar. O kuduro é um movimento cultural urbano nascido em Angola durante a última década da Guerra Civil.

O teatro teve duas estreias. O Teatro Independente de Oeiras estreou, em fevereiro, a peça “Atreva-se!” e, depois do êxito da primeira peça da trilogia “A Casa do fim da linha”, de Celso Cleto, estreou, em março, a sua segunda obra, **“Uma Casa perto da praia”**, no Auditório Municipal Eunice Muñoz.

A sétima arte continua a marcar presença através da apresentação de mais um ciclo **de Masterclass de História do Cinema, intitulado “A Atriz, Arte e Sedução”** que, com a assinatura de Lauro António, decorre desde 3 de fevereiro e até 1 de dezembro, no Auditório Municipal César Batalha, localizado nas Galerias Alto da Barra. A entrada é livre. Desta feita, o cineasta escolheu como tema a mulher, a atriz, selecionando um naipe de 57 grandes senhoras do cinema.

Na área da Música, destaque para dois espetáculos que, em março, subiram ao palco do Auditório Municipal Ruy de Carvalho: **Ary, o Poeta das Canções**, um espetáculo de tributo a José Carlos Ary dos Santos; e o espetáculo “Músicas do meu Mundo – Tour 2015”, de **Olavo Bilac**.

Também a música clássica percorreu vários palcos do concelho. O projeto municipal **“Clássicos em Oeiras”** apresentou, em janeiro, um concerto de Ano Novo, protagonizado pelo Maestro Nikolay Lalov e a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras (OCCO), no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide.

Em março, foram apresentados dois concertos em março: Concerto de Primavera, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho; Recital “Grandes Obras de Música de Câmara”, no Palácio do Marquês de Pombal.

Também em março, realizou-se o Concerto de Quaresma do Coro de Câmara de Lisboa, sob direção de Teresita Gutierrez Marques, na Igreja Paroquial de Paço de Arcos.

Embora num contexto diferente, a música também chegou aos Paços do Concelho, tendo sido cumprida a tradição de se cantarem **“As Janeiras”** ao presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Pelo átrio deste

edifício passaram dois grupos: um grupo de utentes do Centro de Convívio do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo e a Tuna da Nova Antena (Associação para a Inclusão e Bem-estar da Pessoa Sénior pela Cultura e pela Arte).

Uma nota também para o facto de que, pelo 16º ano consecutivo e com o apoio das Câmaras Municipais de Oeiras, Vinhais e Casa do Concelho de Vinhais, ter-se realizado a **XVI Promoção e Mostra de Artesanato do Concelho de Vinhais**, um certame gastronómico, turístico-cultural composto por música popular, mostra e venda de fumeiro certificado e artesanato com possibilidade de degustação da gastronomia tradicional transmontana. Este evento decorreu, de 6 a 8 de março, no 1º andar do Mercado Municipal de Oeiras.

Por último, uma nota para o facto de os bares da Câmara Municipal de Oeiras terem agora três novos mini ecopontos, que foram cedidos pela Nestlé no âmbito da **campanha de cápsulas Nescafé Dolce Gusto** e cujo fabrico resultou da reciclagem de cápsulas separadas pelos funcionários e colaboradores da Autarquia e munícipes do concelho. Ao longo de um ano foram separadas 7200 cápsulas, sendo que cada ecoponto é constituído por 2400 cápsulas.

Esta iniciativa surge de uma parceria entre o Município de Oeiras e a Nestlé e teve como objetivo valorizar este tipo de resíduo e “transformá-lo” em mini ecopontos que vão ser utilizados nos serviços municipais.

A finalizar, agradeço aos senhores deputados municipais a colaboração prestada durante este período.

Oeiras, 20 de abril de 2015

O Presidente



Paulo Vistas

## Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras

Publicada no Diário da República, nº 69, de 8 de abril de 2014

### **Gabinete da Presidência (GP)**

### **Gabinete Municipal de Auditoria (GMA)**

### **Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF)**

### **Gabinete de Prospetiva, Desenvolvimento Estratégico e Informação Geográfica (GPDEIG)**

### **Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (GCAJ)**

### **Gabinete de Comunicação (GC)**

### **Departamento de Polícia Municipal e de Proteção Civil (DPMPC)**

Divisão de Polícia Municipal (DPM)

Divisão Administrativa e de Contra-Ordenações (DACO)

### **Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF)**

Divisão de Gestão Organizacional (DGO)

Unidade de Serviços Gerais (USG)

Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI)

Unidade de Infraestruturas e Administração de Sistemas (UIAS)

Divisão de Gestão Financeira (DGF)

Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo (UPOC)

Divisão de Recursos Humanos (DRH)

Divisão de Contratação Pública (DCP)

Divisão de Gestão Patrimonial DGP)

### **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU)**

Divisão de Planeamento e Mobilidade (DPM)

Divisão de Gestão Urbanística e Apoio às Atividades Económicas (DGUAEE)

Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo (DLAA)

### **Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana (DHRU)**

Divisão de Projetos Especiais (DPE)

Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional (DPRH)

Divisão de Gestão do Parque Habitacional (DGPH)

### **Departamento de Obras Municipais (DOM)**

Divisão de Estudos e Projetos (DEP)

Divisão de Equipamentos Municipais (DEM)

Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais (DGEPIM)

### **Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE)**

Divisão de Espaços Verdes (DEV)

Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM)

Divisão de Higiene Urbana (DHU)

Unidade de Higiene Urbana (DHU)

### **Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento (DECPC)**

Divisão de Cultura e Turismo (DCT)

Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação (DBDI)

Divisão de Educação (DE)

Unidade de Infraestruturas da Educação (UIE)

### **Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DCDS)**

Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude (DASSJ)

Divisão de Desporto (DD)





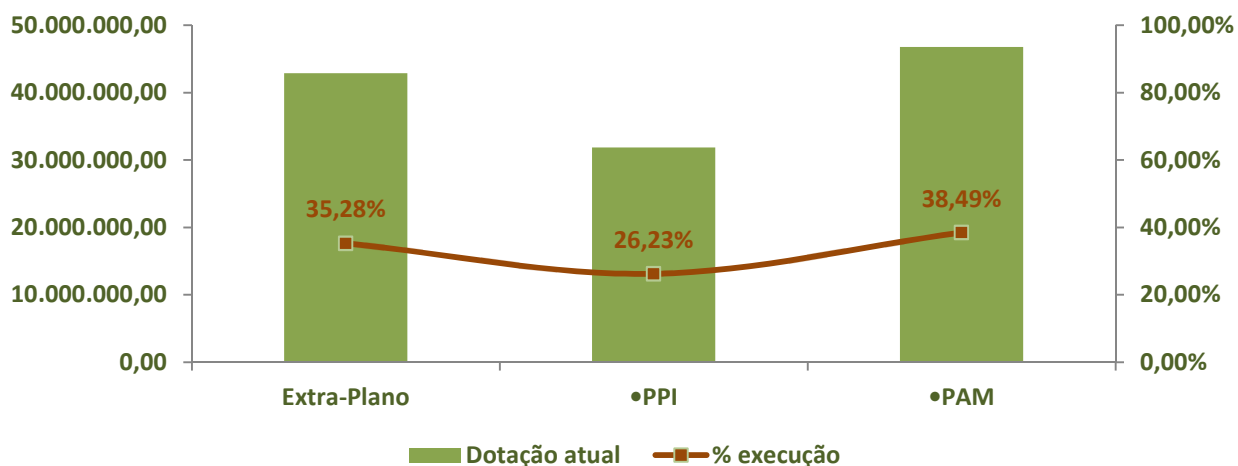
### III. ANÁLISE FINANCEIRA

#### GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O orçamento de 2015 registou 4 alterações durante o 1º trimestre de 2015, com vista a reajustar dotações iniciais a situações financeiras que entretanto surgiram.

O orçamento de 2015 apresenta-se, no final de março, da seguinte forma:

	Dotação Inicial	%	Dotação Atual	%	Execução 31mar15	%
<b>Orçamento Total</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.239.386,23</b>	<b>100,00%</b>
<b>Extra-Plano</b>	<b>42.868.612,00</b>	<b>35,28%</b>	<b>42.870.413,00</b>	<b>35,28%</b>	<b>7.956.155,71</b>	<b>35,28%</b>
<b>GOP:</b>	<b>78.632.573,00</b>	<b>64,72%</b>	<b>78.630.772,00</b>	<b>64,72%</b>	<b>10.283.230,52</b>	<b>64,72%</b>
•PPI	27.211.478,00	22,40%	31.868.637,37	26,23%	3.086.421,37	26,23%
•PAM	51.421.095,00	42,32%	46.762.134,63	38,49%	7.196.809,15	38,49%



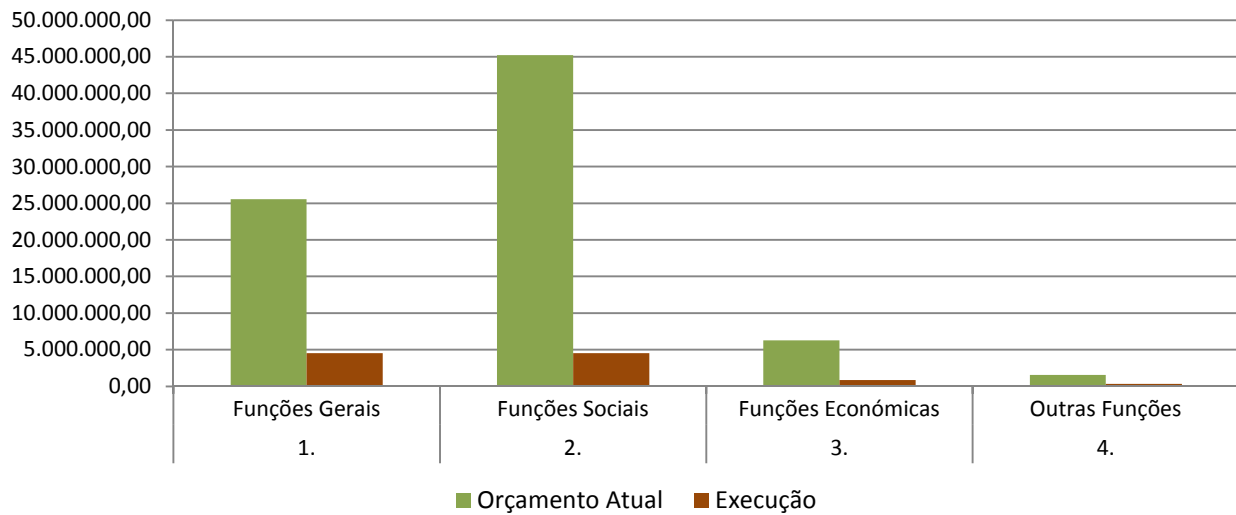
A execução das despesas de GOP ascende a € 10.283.230,52, com uma taxa de realização de 64,72%, e as despesas extra-plano com uma execução de 35,28%, efetuaram pagamentos no total de € 7.956.155,71.

### Execução por classificação funcional

A execução total das Grandes Opções do Plano apresenta no final de março uma taxa de 13,08% da dotação atual.

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz. Jan a Mar	% Realiz. Acum.
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>24.612.203,00</b>	<b>25.562.940,48</b>	<b>4.534.521,92</b>	<b>4.534.521,92</b>	<b>21.028.418,56</b>	<b>17,74%</b>	<b>17,74%</b>
1.1.0. Serviços Gerais de Administração Pública	22.783.656,00	23.771.672,48	4.267.946,01	4.267.946,01	19.503.726,47	17,95%	17,95%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.828.547,00	1.791.268,00	266.575,91	266.575,91	1.524.692,09	14,88%	14,88%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>46.811.630,00</b>	<b>45.224.193,39</b>	<b>4.543.632,12</b>	<b>4.543.632,12</b>	<b>40.680.561,27</b>	<b>10,05%</b>	<b>10,05%</b>
2.1.0. Educação	7.701.690,00	7.665.303,64	1.034.027,68	1.034.027,68	6.631.275,96	13,49%	13,49%
2.2.0. Saúde	4.849.798,00	5.082.413,51	54.873,15	54.873,15	5.027.540,36	1,08%	1,08%
2.3.0. Segurança e Acção Sociais	4.128.510,00	4.225.822,38	256.843,36	256.843,36	3.968.979,02	6,08%	6,08%
2.4.0. Habitação e Serviços Colectivos	22.853.860,00	20.079.481,86	2.251.492,95	2.251.492,95	17.827.988,91	11,21%	11,21%
2.5.0. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.277.772,00	8.171.172,00	946.394,98	946.394,98	7.224.777,02	11,58%	11,58%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>5.337.880,00</b>	<b>6.275.578,13</b>	<b>857.714,37</b>	<b>857.714,37</b>	<b>5.417.863,76</b>	<b>13,67%</b>	<b>13,67%</b>
3.2.0. Indústria e Energia	2.526.558,00	3.136.558,00	576.540,31	576.540,31	2.560.017,69	18,38%	18,38%
3.3.0. Transportes e Comunicações	813.344,00	1.200.920,33	266.883,94	266.883,94	934.036,39	22,22%	22,22%
3.4.0. Comércio e Turismo	641.239,00	581.360,80	14.290,12	14.290,12	567.070,68	2,46%	2,46%
3.5.0. Outras Funções Económicas	1.356.739,00	1.356.739,00	0,00	0,00	1.356.739,00	0,00%	0,00%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.870.860,00</b>	<b>1.568.060,00</b>	<b>347.362,11</b>	<b>347.362,11</b>	<b>1.220.697,89</b>	<b>22,15%</b>	<b>22,15%</b>
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4.2.0. Transferências entre Administrações	1.399.860,00	1.410.860,00	328.047,53	328.047,53	1.082.812,47	23,25%	23,25%
4.3.0. Diversas não especificadas	471.000,00	157.200,00	19.314,58	19.314,58	137.885,42	12,29%	12,29%
<b>Total</b>	<b>78.632.573,00</b>	<b>78.630.772,00</b>	<b>10.283.230,52</b>	<b>10.283.230,52</b>	<b>68.347.541,48</b>	<b>13,08%</b>	<b>13,08%</b>

A classificação funcional 4. Outras Funções, que compreende as transferências efetuadas para outras entidades da administração (ex. juntas de freguesias), é a que apresenta a maior taxa de execução com 22,15%, no seu total.



Para uma análise mais detalhada apresenta-se o mapa da execução das GOP, desagregada por classificação funcional, bem como os montantes pagos em cada uma delas:

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz. Jan a Mar	% Realiz. Acumulado
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>24.596.203,00</b>	<b>25.546.940,48</b>	<b>4.534.521,92</b>	<b>4.534.521,92</b>	<b>21.012.418,56</b>	<b>17,75%</b>	<b>17,75%</b>
1.1.0. Serviços gerais de administração pública	22.767.656,00	23.755.672,48	4.267.946,01	4.267.946,01	19.487.726,47	17,97%	17,97%
1.1.1. Administração geral	22.767.656,00	23.755.672,48	4.267.946,01	4.267.946,01	19.487.726,47	17,97%	17,97%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.828.547,00	1.791.268,00	266.575,91	266.575,91	1.524.692,09	14,88%	14,88%
1.2.1. Proteção civil e luta contra incêndios	1.677.724,00	1.655.445,00	265.000,05	265.000,05	1.390.444,95	16,01%	16,01%
1.2.2. Polícia municipal	150.823,00	135.823,00	1.575,86	1.575,86	134.247,14	1,16%	1,16%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>46.811.630,00</b>	<b>45.224.193,39</b>	<b>4.543.632,12</b>	<b>4.543.632,12</b>	<b>40.680.561,27</b>	<b>10,05%</b>	<b>10,05%</b>
2.1.0. Educação	7.701.690,00	7.665.303,64	1.034.027,68	1.034.027,68	6.631.275,96	13,49%	13,49%
2.1.1. Ensino não superior	3.823.415,00	3.611.189,53	103.440,17	103.440,17	3.507.749,36	2,86%	2,86%
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	3.878.275,00	4.054.114,11	930.587,51	930.587,51	3.123.526,60	22,95%	22,95%
2.2.0. Saúde	4.849.798,00	5.082.413,51	54.873,15	54.873,15	5.027.540,36	1,08%	1,08%
2.2.1. Serviços individuais de saúde	4.849.798,00	5.082.413,51	54.873,15	54.873,15	5.027.540,36	1,08%	1,08%
2.3.0. Segurança e ação sociais	4.128.510,00	4.225.822,38	256.843,36	256.843,36	3.968.979,02	6,08%	6,08%
2.3.1. Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.3.2. Ação social	4.128.510,00	4.225.822,38	256.843,36	256.843,36	3.968.979,02	6,08%	6,08%
2.4.0. Habitação e serviços coletivos	22.853.860,00	20.079.481,86	2.251.492,95	2.251.492,95	17.827.988,91	11,21%	11,21%
2.4.1. Habitação	1.677.154,00	2.326.893,38	116.318,85	116.318,85	2.210.574,53	5,00%	5,00%
2.4.2. Ordenamento do território	2.564.375,00	2.958.396,44	340.667,59	340.667,59	2.617.728,85	11,52%	11,52%
2.4.3. Saneamento	6.360.804,00	1.045.959,19	137.826,72	137.826,72	908.132,47	13,18%	13,18%
2.4.4. Abastecimento de água	0,00	1.309.391,04	0,00	0,00	1.309.391,04	0,00%	0,00%
2.4.5. Resíduos sólidos	6.599.940,00	5.290.404,52	1.024.592,79	1.024.592,79	4.265.811,73	19,37%	19,37%
2.4.6. Proteção meio ambiente e conservação natureza	5.651.587,00	7.148.437,29	632.087,00	632.087,00	6.516.350,29	8,84%	8,84%
2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos	7.277.772,00	8.171.172,00	946.394,98	946.394,98	7.224.777,02	11,58%	11,58%
2.5.1. Cultura	5.021.033,00	5.509.433,00	787.004,76	787.004,76	4.722.428,24	14,28%	14,28%
2.5.2. Desporto, recreio e lazer	2.256.739,00	2.661.739,00	159.390,22	159.390,22	2.502.348,78	5,99%	5,99%
2.5.3. Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Atual	Realizado Jan a Mar	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz. Jan a Mar	% Realiz. Acumulado
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>5.337.880,00</b>	<b>6.275.578,13</b>	<b>857.714,37</b>	<b>857.714,37</b>	<b>5.417.863,76</b>	<b>13,67%</b>	<b>13,67%</b>
3.1.0. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0. Indústria e energia	2.526.558,00	3.136.558,00	576.540,31	576.540,31	2.560.017,69	18,38%	18,38%
3.3.0. Transportes e comunicações	813.344,00	1.200.920,33	266.883,94	266.883,94	934.036,39	22,22%	22,22%
3.3.1. Transportes rodoviários	813.344,00	1.200.920,33	266.883,94	266.883,94	934.036,39	22,22%	22,22%
3.3.2. Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.3. Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.0. Comércio e turismo	641.239,00	581.360,80	14.290,12	14.290,12	567.070,68	2,46%	2,46%
3.4.1. Mercados e feiras	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00%	0,00%
3.4.2. Turismo	640.739,00	580.860,80	14.290,12	14.290,12	566.570,68	2,46%	2,46%
3.5.0. Outras funções económicas	1.356.739,00	1.356.739,00	0,00	0,00	1.356.739,00	0,00%	0,00%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.870.860,00</b>	<b>1.568.060,00</b>	<b>347.362,11</b>	<b>347.362,11</b>	<b>1.220.697,89</b>	<b>22,15%</b>	<b>22,15%</b>
4.1.0. Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	#DIV/0!
4.2.0. Transferências entre administrações	1.399.860,00	1.410.860,00	328.047,53	328.047,53	1.082.812,47	23,25%	23,25%
4.3.0. Diversas não especificadas	471.000,00	157.200,00	19.314,58	19.314,58	137.885,42	12,29%	12,29%
<b>Total</b>	<b>78.616.573,00</b>	<b>78.614.772,00</b>	<b>10.283.230,52</b>	<b>10.283.230,52</b>	<b>68.331.541,48</b>	<b>13,08%</b>	<b>13,08%</b>

### Execução por Unidade Orgânica

O quadro seguinte permite a análise por unidade orgânica (conforme apresentada no ponto **a) Estrutura Orgânica da CMO**) a nível dos valores realizados bem como a sua percentagem de execução face à dotação atual:

GOP	ORGÂNICA	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	% CAB.	% Realiz.
<b>2</b>	<b>SA</b>	<b>5.509.501,00</b>	<b>5.691.559,83</b>	<b>2.744.972,47</b>	<b>1.400.785,72</b>	<b>48,23%</b>	<b>24,61%</b>
211	GP	705.427,00	705.427,00	77.086,85	29.224,50	10,93%	4,14%
221	GMA	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
231	GAF	1.069.860,00	1.069.860,00	172.527,29	152.515,22	16,13%	14,26%
241	GPDEIG	710.770,00	710.770,00	132.720,17	107.185,91	18,67%	15,08%
251	GCAJ	900.511,00	1.097.569,83	539.730,12	528.514,59	49,18%	48,15%
261	GC	723.996,00	723.996,00	487.309,02	139.147,75	67,31%	19,22%
<b>27</b>	<b>DPMP</b>	<b>1.398.837,00</b>	<b>1.383.837,00</b>	<b>1.335.599,02</b>	<b>444.197,75</b>	<b>96,51%</b>	<b>32,10%</b>
271	DPMP	1.398.837,00	1.383.837,00	1.335.599,02	444.197,75	96,51%	32,10%
272	DPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
273	DACO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%



GOP	ORGÂNICA	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	% CAB.	% Realiz.
<b>3</b>	<b>DAGF</b>	<b>25.534.200,00</b>	<b>20.379.208,92</b>	<b>16.199.828,28</b>	<b>3.361.940,44</b>	<b>79,49%</b>	<b>16,50%</b>
311	DAGF	75.000,00	75.000,00	71.955,00	10.332,00	95,94%	13,78%
321	DGO	1.171.360,00	1.175.330,00	1.115.388,19	94.189,76	94,90%	8,01%
<b>33</b>	<b>DTSI</b>	<b>1.694.747,00</b>	<b>1.770.560,60</b>	<b>1.187.112,73</b>	<b>270.352,28</b>	<b>67,05%</b>	<b>15,27%</b>
331	DTSI	550.778,00	630.527,00	443.176,06	114.052,13	70,29%	18,09%
332	UIAS	1.143.969,00	1.140.033,60	743.936,67	156.300,15	65,26%	13,71%
341	DRH	1.496.056,00	1.498.491,40	1.102.972,52	217.257,22	73,61%	14,50%
<b>35</b>	<b>DGF</b>	<b>1.776.739,00</b>	<b>1.462.939,00</b>	<b>91.494,00</b>	<b>35.679,16</b>	<b>6,25%</b>	<b>2,44%</b>
351	DGF	450.000,00	136.200,00	91.494,00	35.679,16	67,18%	26,20%
352	UPOC	1.326.739,00	1.326.739,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
361	DGP	19.290.298,00	14.366.887,92	12.601.581,29	2.727.926,67	87,71%	18,99%
371	DCP	30.000,00	30.000,00	29.324,55	6.203,35	97,75%	20,68%
<b>4</b>	<b>DPGU</b>	<b>487.819,00</b>	<b>434.314,20</b>	<b>215.797,15</b>	<b>62.374,67</b>	<b>49,69%</b>	<b>14,36%</b>
411	DPGU	330.769,00	277.264,20	64.247,55	0,00	23,17%	0,00%
421	DPMob	21.550,00	21.550,00	21.549,60	6.599,20	100,00%	30,62%
431	DGUAAE	134.000,00	134.000,00	130.000,00	55.775,47	97,01%	41,62%
441	DLAA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>5</b>	<b>DHRU</b>	<b>5.715.514,00</b>	<b>6.920.014,00</b>	<b>5.367.552,38</b>	<b>452.405,79</b>	<b>77,57%</b>	<b>6,54%</b>
511	DHRU	1.021.684,00	1.021.684,00	688.816,40	197.601,60	67,42%	19,34%
521	DPE	3.899.448,00	4.583.448,00	3.902.430,91	182.220,57	85,14%	3,98%
531	DPRH	720.382,00	1.240.882,00	759.576,25	67.007,34	61,21%	5,40%
541	DGPH	74.000,00	74.000,00	16.728,82	5.576,28	22,61%	7,54%
<b>6</b>	<b>DOM</b>	<b>17.981.284,00</b>	<b>21.298.747,06</b>	<b>18.134.360,13</b>	<b>1.546.125,89</b>	<b>85,14%</b>	<b>7,26%</b>
611	DOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
621	DEP	662.868,00	1.026.997,96	913.318,06	257.474,01	88,93%	25,07%
631	DEM	10.706.107,00	11.396.790,10	10.319.406,06	366.016,56	90,55%	3,21%
641	DGEPIM	6.612.309,00	8.874.959,00	6.901.636,01	922.635,32	77,77%	10,40%
<b>7</b>	<b>DAE</b>	<b>13.802.667,00</b>	<b>12.667.294,99</b>	<b>8.231.493,38</b>	<b>3.301.006,86</b>	<b>64,98%</b>	<b>26,06%</b>
711	DAE	4.956.108,00	4.961.394,68	1.487.169,64	1.372.641,80	29,97%	94,90%
721	DEV	3.877.002,00	4.006.443,31	3.642.992,11	669.988,12	90,93%	95,62%
731	DVM	3.449.457,00	3.694.642,83	3.111.453,56	1.181.502,76	84,22%	97,32%
<b>74</b>	<b>DHU</b>	<b>1.520.100,00</b>	<b>4.814,17</b>	<b>-10.121,93</b>	<b>76.874,18</b>	<b>-210,25%</b>	<b>-48,19%</b>
741	DHU	1.520.100,00	1.524.914,17	179.431,10	76.874,18	11,77%	83,51%
742	UHU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

GOP	ORGÂNICA	Dotação Inicial	Dotação Atual	Cabimentos	Realizado Jan a Mar	% CAB.	% Realiz.
<b>8</b>	<b>DECPC</b>	<b>5.641.555,00</b>	<b>5.801.970,00</b>	<b>4.337.911,89</b>	<b>1.593.190,77</b>	<b>74,77%</b>	<b>27,46%</b>
811	DECPC	51.946,00	51.946,00	38.775,31	6.375,88	74,65%	12,27%
821	DE	3.865.430,00	3.991.345,00	3.639.329,52	1.433.174,63	91,18%	35,91%
822	UIE	137.800,00	130.800,00	25.728,99	135,06	19,67%	0,10%
831	DCT	1.420.900,00	1.462.400,00	560.764,83	153.505,20	38,35%	10,50%
841	DBDI	165.479,00	165.479,00	73.313,24	0,00	44,30%	0,00%
<b>9</b>	<b>DCDS</b>	<b>3.960.033,00</b>	<b>3.917.563,00</b>	<b>1.952.035,37</b>	<b>859.510,81</b>	<b>49,83%</b>	<b>21,94%</b>
911	DCDS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
921	DASSJ	2.414.033,00	2.406.563,00	1.465.021,82	616.682,00	60,88%	25,63%
931	DD	1.546.000,00	1.511.000,00	487.013,55	242.828,81	32,23%	16,07%
<b>Total</b>		<b>78.632.573,00</b>	<b>77.110.672,00</b>	<b>57.183.951,05</b>	<b>12.577.340,95</b>	<b>74,16%</b>	<b>16,31%</b>

Podemos verificar que houve unidades orgânicas que registam reforço das dotações iniciais:

- Os Serviços de Assessoria (SA) reforçam as dotações em 3,3% e apresentam uma taxa de realização de 24,61%, com pagamentos no total de €1.400.785,72;
- Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana (DHRU) reforça em 21,07% com uma taxa de realização de 6,54% e despesa paga no valor de €452.405,79;
- Departamento de Obras Municipais (DOM) reforça em 18,45% o orçamento inicial e executa uma realização de 7,26%, com pagamentos no valor de €1.546.125,89;
- Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento (DECPC) reforça em 2,84% e apresenta uma execução de 27,46%.

Por outro lado, também se registou reajustes para dotações inferiores:

- Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF) reduziu a dotação inicial em 20,19% e executou pagamentos no valor de 3.361.940,44, cerca de 16,50%;
- Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU) reduziu 10,97% e realizou despesas no montante de 62.374,67%, cerca de 14,36% do orçamento atual;
- Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE) reduziu 8,23% e executou uma taxa de 26,06% em despesas pagas;
- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DCDS) reduziu 1,07% e executou 21,94% em pagamentos.

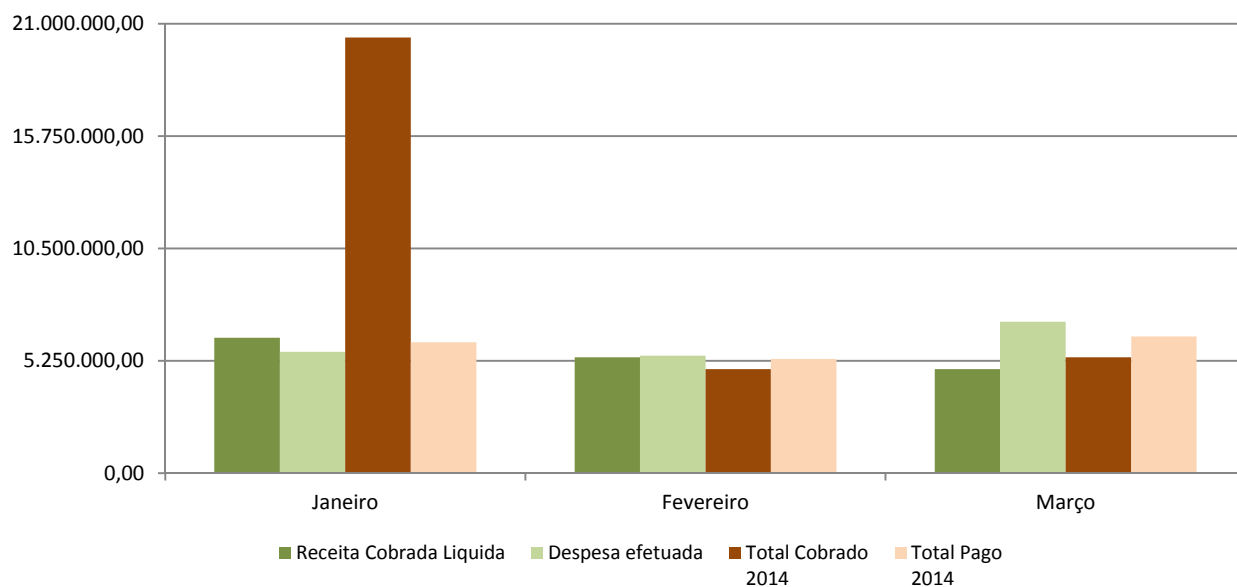
## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Durante o 1º trimestre a Receita cobrada líquida ascende a € 16.596.742,17 e a Despesa efetuada €18.239.386,23. No total da Despesa está incluído o valor de € 10.283.230,52, referente à execução das Grandes Opções do Plano (GOP).

Mês	Receita Cobrada Líquida					Despesa efetuada			
	Corrente	Capital	Outras Receitas	TOTAL	Total Cobrado 2014 (jan a mar)	Corrente	Capital	TOTAL	Total Pago 2014 (jan a mar)
Janeiro	6.315.668,74	7.020,93	0,00	6.322.689,67	20.345.577,96	4.401.066,34	1.268.406,42	5.669.472,76	6.122.350,68
Fevereiro	5.393.873,61	19.665,32	263,39	5.413.802,32	4.861.283,35	4.805.044,24	689.206,30	5.494.250,54	5.344.798,59
Março	4.854.212,47	5.468,16	569,55	4.860.250,18	5.421.829,25	5.557.835,77	1.517.827,16	7.075.662,93	6.388.353,60
	16.563.754,82	32.154,41	832,94	16.596.742,17	30.628.690,56	14.763.946,35	3.475.439,88	18.239.386,23	17.855.502,87

Comparando com igual período de 2014 verifica-se que:

- A Receita regista uma variação negativa de 45,81%, no total cobrado, justificado pela entrada, em janeiro/2014, excecionalmente, o valor de €11.044.059,05, referente a IMT;
- A Despesa apresenta valores pagos superiores em 2,15%.



Receita							
	Execução		Variação		Orçamento		Taxa de Execução (%) (orç atual)
	1º Trim. 2014	1º Trim. 2015	Valor	%	Inicial	Atual	
Corrente	30.552.774,04	16.563.754,82	-13.989.019,22	-45,79%	119.977.209,00	119.977.209,00	13,81%
Capital	35.897,33	32.154,41	-3.742,92	-10,43%	1.523.975,00	1.523.975,00	2,11%
Outras Receitas	40.019,19	832,94	-39.186,25	-97,92%	1,00	1,00	83294,00%
<b>TOTAL</b>	<b>30.628.690,56</b>	<b>16.596.742,17</b>	<b>-14.031.948,39</b>	<b>-45,81%</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	

Despesa							
	Execução		Variação		Orçamento		Taxa de Execução (%) (orç atual)
	1º Trim. 2014	1º Trim. 2015	Valor	%	Inicial	Atual	
Corrente	15.410.896,55	14.763.946,35	-646.950,20	-4,20%	90.642.913,00	85.984.702,63	17,17%
Capital	2.444.606,32	3.475.439,88	1.030.833,56	42,17%	30.858.272,00	35.516.482,37	9,79%
<b>TOTAL</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>18.239.386,23</b>	<b>383.883,36</b>	<b>2,15%</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	

Os quadros anteriores mostram as variações que ocorreram no orçamento inicial e nos valores executados a nível da Receita e da Despesa, nos meses de janeiro a março de 2015.

## RECEITA

O nível de execução dos vários capítulos, que constituem a Receita, é apresentado com base nos valores acumulados e comparados com os realizados em igual período do ano anterior.

Receita	Realizado		Variação	
	mar_2014	mar_2015	Valor	%
01 Impostos Diretos	17.228.073,41	6.855.649,37	-10.372.424,04	-60,21%
02 Impostos Indiretos	1.038.204,14	556.033,84	-482.170,30	-46,44%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	292.197,23	339.436,47	47.239,24	16,17%
05 Rendimentos de Propriedade	3.041.102,73	39.985,88	-3.001.116,85	-98,69%
06 Transferências Correntes	4.497.776,74	5.129.198,75	631.422,01	14,04%
07 Venda Bens e Serviços Correntes	4.432.625,37	3.618.666,57	-813.958,80	-18,36%
08 Outras Receitas Correntes	22.794,42	24.783,94	1.989,52	8,73%
<b>Total</b>	<b>30.552.774,04</b>	<b>16.563.754,82</b>	<b>-13.989.019,22</b>	<b>-45,79%</b>
09 Venda de Bens Investimento	0,00	20.295,50	20.295,50	100,00%
10 Transferências de Capital	4.652,01	11.858,91	7.206,90	154,92%
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	20.170,68	0,00	-20.170,68	-100,00%
<b>Total</b>	<b>24.822,69</b>	<b>32.154,41</b>	<b>7.331,72</b>	<b>29,54%</b>
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	40.019,19	832,94	-39.186,25	-97,92%
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>40.019,19</b>	<b>832,94</b>	<b>-39.186,25</b>	<b>-97,92%</b>
<b>Total</b>	<b>30.617.615,92</b>	<b>16.596.742,17</b>	<b>-14.020.873,75</b>	<b>-45,79%</b>

A receita verifica uma variação negativa, comparativamente a igual período do ano anterior, de 45,79% justificado por:

- quebra de 60,12% na cobrança dos Impostos Diretos, mais precisamente, no IMT, que em janeiro registou uma receita extraordinária de € 11.044.059,05 referente ao ano de 2013;
- variação negativa de 98,69% nos Rendimentos de Propriedade que em janeiro de 2014 registou a entrada dos dividendos dos SMAS de 2012;
- quebra de 18,36% na Venda de Bens e Serviços Correntes onde verificou a entrada da renda da concessão da EDP, referente ao 1º trimestre de 2014.

A Receita executada no período em análise face ao orçamento atual foi a que se apresenta:

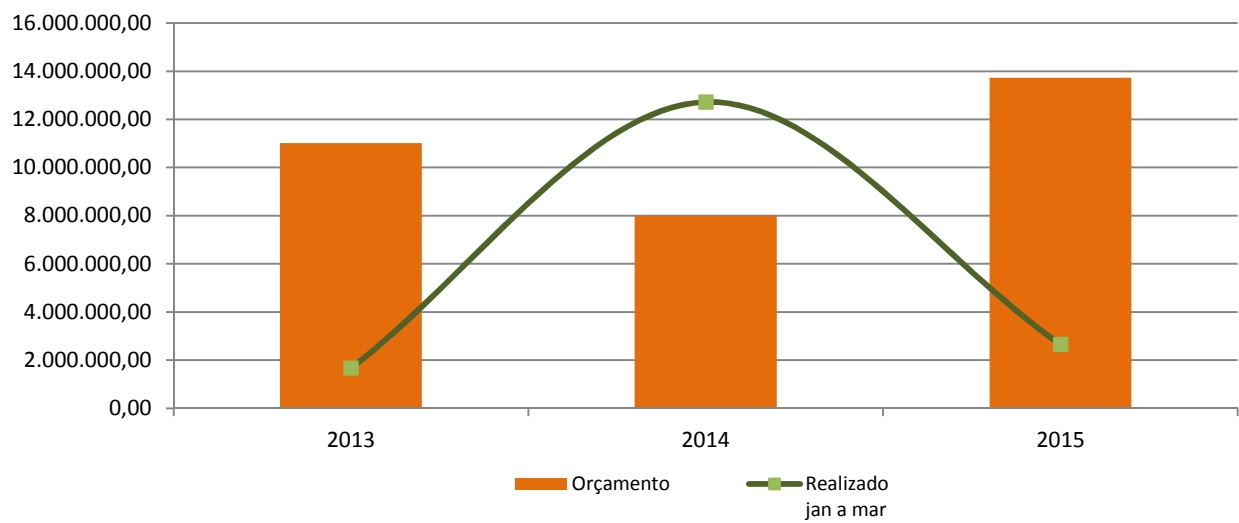
Rubricas da Receita	Receita			
	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Execução	% Exec.
01 - Impostos Diretos	74.819.802,00	74.819.802,00	6.855.649,37	9,16%
02 - Impostos Indiretos	2.316.892,00	2.316.892,00	556.033,84	24,00%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.210.069,00	1.210.069,00	339.436,47	28,05%
05 - Rendimentos de Propriedade	3.159.321,00	3.159.321,00	39.985,88	1,27%
06 - Transferências Correntes	18.257.740,00	18.257.740,00	5.129.198,75	28,09%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	19.992.384,00	19.992.384,00	3.618.666,57	18,10%
08 – Outras Receitas Correntes	221.001,00	221.001,00	24.783,94	11,21%
<b>Receita Corrente</b>	<b>119.977.209,00</b>	<b>119.977.209,00</b>	<b>16.563.754,82</b>	<b>13,81%</b>
09 – Venda de Bens Investimento	53.823,00	53.823,00	20.295,50	37,71%
10 – Transferências de Capital	1.260.147,00	1.260.147,00	11.858,91	0,94%
11 - Activos Financeiros	2,00	2,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	2,00	2,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	210.001,00	210.001,00	0,00	0,00%
<b>Receita de Capital</b>	<b>1.523.975,00</b>	<b>1.523.975,00</b>	<b>32.154,41</b>	<b>2,11%</b>
15 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1,00	1,00	832,94	83294,00%
16 – Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>832,94</b>	<b>83294,00%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>16.596.742,17</b>	<b>13,66%</b>

Apesar do capítulo dos Impostos Diretos ter uma variação negativa comparativamente ao mesmo período no ano de 2014, continua ser o capítulo que impera no total da realização das receitas correntes, com uma taxa de execução de 41,39%, em que o valor arrecadado ascende a €6.855.649,37. Contribui para este total o valor de alguns impostos municipais: IMT (38,79%) e o IUC (41,04%), conforme se apresenta nos gráficos seguintes, tendo

#### Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

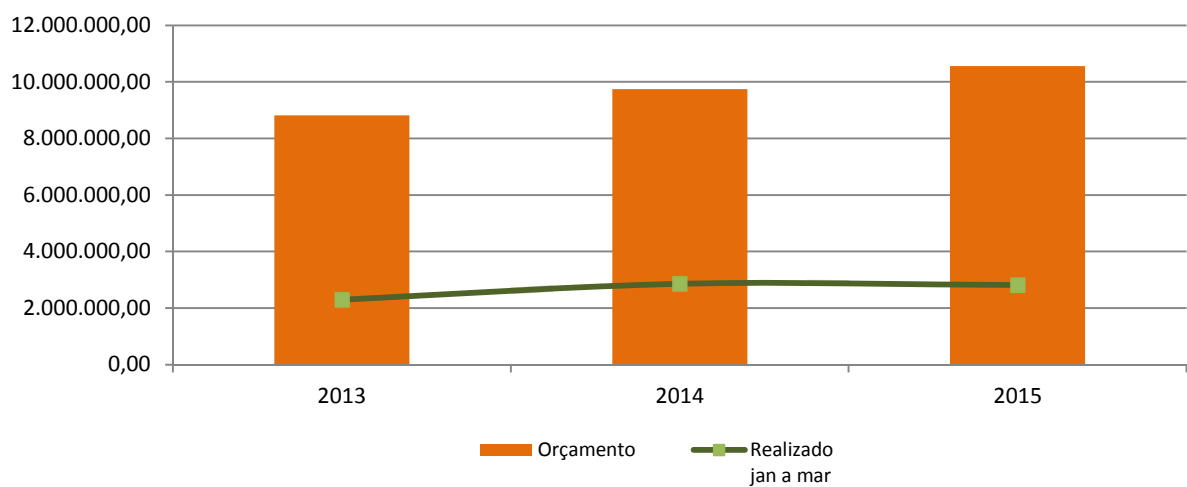
	Orçamento	Realizado jan a mar	% realiz.
2013	11.021.001,00	1.679.586,34	15,24%
2014	7.996.480,00	12.719.869,52	159,07%
2015	13.724.342,00	2.659.171,37	19,38%





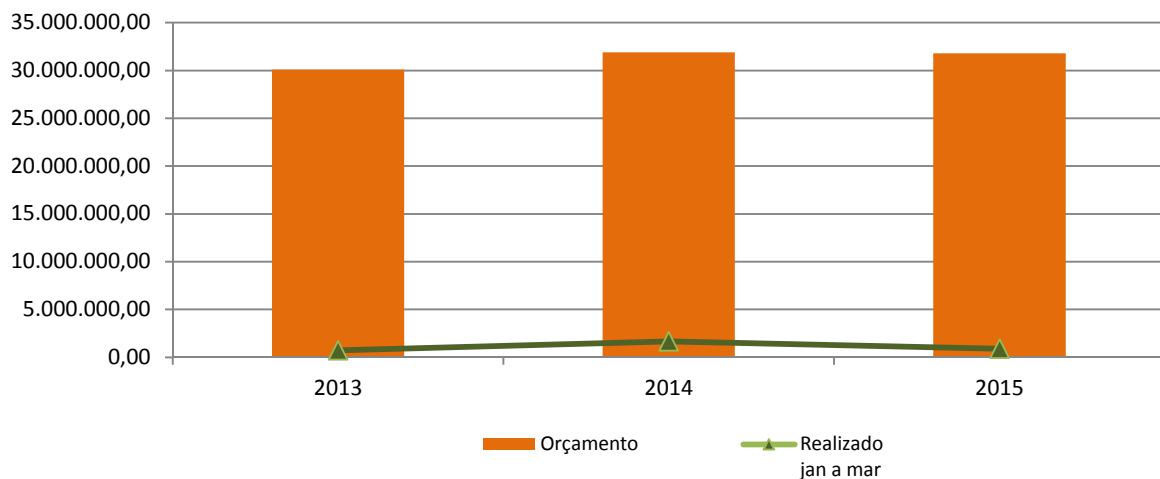
### Imposto Único de Circulação

	Orçamento	Realizado jan a mar	% realiz.
2013	8.815.805,00	2.291.677,13	26,00%
2014	9.745.826,00	2.861.531,81	29,36%
2015	10.558.460,00	2.813.751,96	26,65%



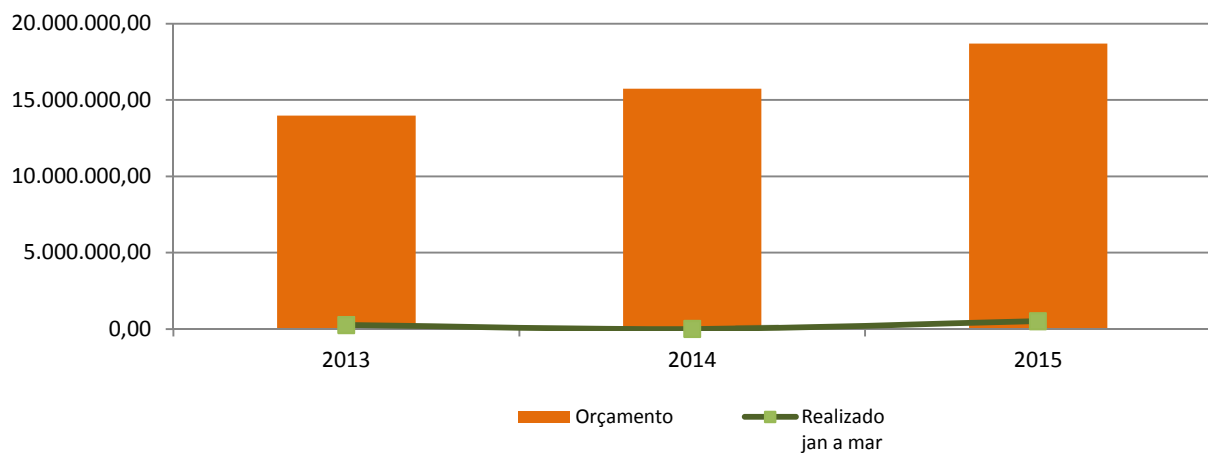
Imposto Municipal sobre Imóveis

	Orçamento	Realizado jan a mar	% realiz.
2013	30.083.680,00	707.625,36	2,35%
2014	31.898.573,00	1.646.672,08	5,16%
2015	31.804.823,00	873.850,83	2,75%



Derrama

	Orçamento	Realizado jan a mar	% realiz.
2013	13.976.421,00	260.138,75	1,86%
2014	15.747.202,00	0,00	0,00%
2015	18.691.068,00	508.875,21	2,72%



Os valores realizados da Receita (corrente e capital) e a sua percentagem de execução face aos valores estimados em Orçamento, são os que se apresentam:

### Receita Corrente

ECON.	RUBRICA	ORÇAMENTO INICIAL 2015	ORÇAMENTO FINAL 2015	REALIZADO 2015	EXECUÇÃO 2015
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>74.819.802,00</b>	<b>74.819.802,00</b>	<b>6.855.649,37</b>	<b>9,16%</b>
01.02	OUTROS	74.819.802,00	74.819.802,00	6.855.649,37	9,16%
01.02.02	Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	31.804.822,00	31.804.822,00	863.437,11	2,71%
01.02.03	Imposto Único de Circulação (IUC)	10.558.459,00	10.558.459,00	2.813.751,96	26,65%
01.02.04	Imposto Municipal s/ Trans. Onerosas Imóveis (IMT)	13.724.341,00	13.724.341,00	2.659.171,37	19,38%
01.02.05	Derrama	18.691.068,00	18.691.068,00	508.875,21	2,72%
01.02.07	<b>IMPOSTOS ABOLIDOS</b>	<b>3,00</b>	<b>3,00</b>	<b>10.413,72</b>	<b>347124,00%</b>
01.02.07.01	Contribuição Autárquica (CA)	1,00	1,00	10.413,72	1041372,00%
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	1,00	1,00	0,00	0,00%
01.02.07.03	Imposto Municipal s/ Veículos	1,00	1,00	0,00	0,00%
01.02.99	<b>IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS</b>	<b>41.109,00</b>	<b>41.109,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
01.02.99.01	Imposto Especial	41.109,00	41.109,00	0,00	0,00%
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>2.316.892,00</b>	<b>2.316.892,00</b>	<b>556.033,84</b>	<b>24,00%</b>
02.02	OUTROS	2.316.892,00	2.316.892,00	556.033,84	24,00%
02.02.06	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECIF.AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>2.316.892,00</b>	<b>2.316.892,00</b>	<b>556.033,84</b>	<b>24,00%</b>
02.02.06.01	Mercados e Feiras	6.328,00	6.328,00	0,00	0,00%
02.02.06.02	Loteamentos e Obras (receita proveniente de licenças obras, loteamentos, obras via pública - empresas)	210.581,00	210.581,00	56.761,75	26,95%
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública (taxas relativas a ocupação de esplanadas, etc - pagos por empresas)	1.165.899,00	1.165.899,00	230.924,04	19,81%
02.02.06.05	Publicidade (meios de public.- pub. luminosa, ecrans - empresas)	335.397,00	335.397,00	77.753,54	23,18%
02.02.06.99	<b>OUTROS</b>	<b>598.687,00</b>	<b>598.687,00</b>	<b>190.594,51</b>	<b>31,84%</b>
02.02.06.99.01	TMDP	101.022,00	101.022,00	64.712,21	64,06%
02.02.06.99.02	TDFTH	577,00	577,00	0,00	0,00%
02.02.06.99.99	Outros (receita proveniente de vistorias, averbamentos, registos de alvarás, emolumentos)	497.088,00	497.088,00	125.882,30	25,32%
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>1.210.069,00</b>	<b>1.210.069,00</b>	<b>339.436,47</b>	<b>28,05%</b>
04.01	TAXAS	595.957,00	595.957,00	153.051,22	25,68%
04.01.23	<b>TAXAS ESPECIF.AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>595.957,00</b>	<b>595.957,00</b>	<b>153.051,22</b>	<b>25,68%</b>
04.01.23.01	Mercados e Feiras (receita proveniente de feiras, festas)	26.914,00	26.914,00	0,00	0,00%
04.01.23.02	Loteamento e Obras (particulares)	298.968,00	298.968,00	62.696,75	20,97%
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública (particulares)	69.250,00	69.250,00	60.825,06	87,83%
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	275,00	275,00	61,40	22,33%
04.01.23.06	Saneamento	1,00	1,00	0,00	0,00%
04.01.23.07	Arrendamento Urbano	1,00	1,00	0,00	0,00%
04.01.23.99	<b>OUTRAS</b>	<b>200.548,00</b>	<b>200.548,00</b>	<b>29.468,01</b>	<b>14,69%</b>
04.01.23.99.01	TDFTH	341,00	341,00	0,00	0,00%
04.01.23.99.99	Outras (receita proveniente de vistorias, averbamentos, registos de alvarás - particulares)	200.207,00	200.207,00	29.468,01	14,72%
04.02	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>614.112,00</b>	<b>614.112,00</b>	<b>186.385,25</b>	<b>30,35%</b>
04.02.01	Juros de Mora (arrecadação de juros devidos pelas importâncias em dívida, quando pagas após prazo)	159.807,00	159.807,00	156.199,04	97,74%
04.02.02	Juros Compensatórios	252.979,00	252.979,00	9.166,51	3,62%
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contraordenações	192.206,00	192.206,00	19.453,62	10,12%
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas (taxas de relaxe e outras)	9.120,00	9.120,00	1.566,08	17,17%

<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>3.159.321,00</b>	<b>3.159.321,00</b>	<b>39.985,88</b>	<b>1,27%</b>
05.01	JUROS -SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	2,00	2,00	0,00	0,00%
05.01.01	Públicas	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.01.02	Privadas	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	22.283,00	22.283,00	10.345,67	46,43%
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras (juros depósitos bancários)	22.282,00	22.282,00	10.345,67	46,43%
05.02.02	Companhia Seguros e Fundos Pensões	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.07	DIVIDENDOS E PARTIC.LUCROS SOC. E QS SOC. N/FIN.	86.860,00	86.860,00	0,00	0,00%
05.07.01	Empresas Públicas	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.07.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	86.857,00	86.857,00	0,00	0,00%
05.07.03	Empresas Privadas	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.07.99	Outras	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.09	PARTICIPAÇÕES LUCROS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3.000.003,00	3.000.003,00	0,00	0,00%
05.09.01	Associações Município	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.09.02	Associações Freguesia	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.09.03	Serviços Municipalizados	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00%
05.09.99	Outras	1,00	1,00	0,00	0,00%
05.10	RENDAS	50.173,00	50.173,00	29.640,21	59,08%
05.10.01	Terrenos (arrendamento de terrenos)	50.172,00	50.172,00	29.640,21	59,08%
05.10.99	Outros	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>18.257.740,00</b>	<b>18.257.740,00</b>	<b>5.129.198,75</b>	<b>28,09%</b>
06.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	4,00	4,00	11.000,00	275000,00%
06.01.01	PÚBLICAS	3,00	3,00	0,00	0,00%
06.01.01.01	Empresas Públicas	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.01.99	Empresas Privadas	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.01.02	Outras	1,00	1,00	11.000,00	1100000,00%
06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	121.341,00	121.341,00	4.985,26	4,11%
06.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.02.02	Companhias Seguros e Fundos Pensões	121.340,00	121.340,00	4.985,26	4,11%
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	18.136.391,00	18.136.391,00	5.113.213,49	28,19%
06.03.01	ESTADO	17.724.063,00	17.724.063,00	4.946.609,74	27,91%
06.03.01.01	FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.03.01.02	FSM - Fundo Social Municipal	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	16.714.717,00	16.714.717,00	4.387.611,00	26,25%
06.03.01.99	Outras (ministérios e direções-gerais)	1.009.344,00	1.009.344,00	558.998,74	55,38%
06.03.06	ESTADO - PARTICIP.COMUNITÁRIA PROJ. CO-FINANC.	28.978,00	28.978,00	0,00	0,00%
06.03.06.01	FSE	28.977,00	28.977,00	0,00	0,00%
06.03.06.02	QREN / FEDER	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos (IEFP, DREL, ITP)	383.350,00	383.350,00	166.603,75	43,46%
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.05.01	CONTINENTE	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.08	FAMÍLIAS	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.08.01	Famílias	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.09	RESTO DO MUNDO	1,00	1,00	0,00	0,00%
06.09.01	União europeia - Instituições	1,00	1,00	0,00	0,00%

<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>19.992.384,00</b>	<b>19.992.384,00</b>	<b>3.618.666,57</b>	<b>18,10%</b>
07.01	VENDA DE BENS	38.814,00	38.814,00	9.802,40	25,25%
07.01.03	Publicações e Impressos (venda de publicações)	5.838,00	5.838,00	897,66	15,38%
07.01.05	Bens Inutilizados (venda de bens móveis duradouros)	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.01.07	Produtos Alimentares e Bebidas	29.422,00	29.422,00	8.767,49	29,80%
07.01.10	Desperdícios, Resíduos e Refugos	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.01.99	Outros	3.552,00	3.552,00	137,25	3,86%
<b>07.02</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>13.736.923,00</b>	<b>13.736.923,00</b>	<b>2.079.262,66</b>	<b>15,14%</b>
07.02.01	Aluguer Espaços e Equipamentos (aluguer esporádico de espaços da entidade)	1.248,00	1.248,00	0,00	0,00%
07.02.03	Vistorias e Ensaios	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.04	Serviços de Laboratório	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.06	Reparações	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>07.02.08</b>	<b>SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULT. E DESPORTIVOS</b>	<b>66.884,00</b>	<b>66.884,00</b>	<b>5.759,55</b>	<b>8,61%</b>
07.02.08.01	Serviços Sociais	17,00	17,00	30,11	177,12%
<b>07.02.08.02</b>	<b>SERVIÇOS RECREATIVOS</b>	<b>17.983,00</b>	<b>17.983,00</b>	<b>620,00</b>	<b>3,45%</b>
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	560,00	560,00	0,00	0,00%
07.02.08.02.99	Outros	17.423,00	17.423,00	620,00	3,56%
<b>07.02.08.03</b>	<b>SERVIÇOS CULTURAIS</b>	<b>18.208,00</b>	<b>18.208,00</b>	<b>1.639,44</b>	<b>9,00%</b>
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	380,00	380,00	0,00	0,00%
07.02.08.03.99	Outros	17.828,00	17.828,00	1.639,44	9,20%
07.02.08.04	Serviços Desportivos	30.676,00	30.676,00	3.470,00	11,31%
<b>07.02.09</b>	<b>SERVIÇOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS</b>	<b>13.381.375,00</b>	<b>13.381.375,00</b>	<b>1.997.036,44</b>	<b>14,92%</b>
07.02.09.01	Saneamento (SMAS_Sintejo, Sanest)	5.427.938,00	5.427.938,00	0,00	0,00%
07.02.09.02	Resíduos Sólidos (recolha res. sólidos empresas e particulares, SMAS)	6.458.414,00	6.458.414,00	1.581.594,41	24,49%
07.02.09.04	Trabalho por Conta de Particulares (obras realizadas pela Autarquia em substituição dos particulares)	4.823,00	4.823,00	0,00	0,00%
07.02.09.05	Cemitérios	320.547,00	320.547,00	89.077,85	27,79%
07.02.09.06	Mercados e Feiras (arrematação de bancas, taxas de ocupação, arrecadação de volumes)	259.043,00	259.043,00	58.484,69	22,58%
<b>07.02.09.99</b>	<b>OUTROS</b>	<b>910.610,00</b>	<b>910.610,00</b>	<b>267.879,49</b>	<b>29,42%</b>
07.02.09.99.01	Livretes e Chapas Veículos	225,00	225,00	0,00	0,00%
07.02.09.99.02	Outros Encargos	85.302,00	85.302,00	15.789,41	18,51%
07.02.09.99.03	Participação Emolumentar Funcionário (receita final do ano - emolumentos que reverte a favor da autarquia)	1,00	1,00	0,00	0,00%
07.02.09.99.04	Senhas Refeições Escolas	804.994,00	804.994,00	246.177,36	30,58%
07.02.09.99.05	Outras Compensações Serviços Prestado	20.088,00	20.088,00	5.912,72	29,43%
07.02.99	Outros	287.413,00	287.413,00	76.466,67	26,61%
<b>07.03</b>	<b>RENDAS</b>	<b>6.216.647,00</b>	<b>6.216.647,00</b>	<b>1.529.601,51</b>	<b>24,60%</b>
07.03.01	Habitações (arrendamentos sociais)	2.378.043,00	2.378.043,00	609.024,87	25,61%
07.03.02	Edifícios (espaços concessionados)	766.010,00	766.010,00	155.803,44	20,34%
07.03.99	Outras (EDP, Unidade Residencial Madre Maria Clara)	3.072.594,00	3.072.594,00	764.773,20	24,89%
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>221.001,00</b>	<b>221.001,00</b>	<b>24.783,94</b>	<b>11,21%</b>
08.01	OUTROS	221.001,00	221.001,00	24.783,94	11,21%
08.01.99	OUTROS	221.001,00	221.001,00	24.783,94	11,21%
08.01.99.02	Indemnização Estragos Provocados por Outrem	21.416,00	21.416,00	2.030,76	9,48%
08.01.99.99	Diversas	199.585,00	199.585,00	22.753,18	11,40%
<b>RECEITA CORRENTE</b>		<b>119.977.209,00</b>	<b>119.977.209,00</b>	<b>16.563.754,82</b>	<b>13,81%</b>

## Receita de Capital

<b>09</b>	<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>53.823,00</b>	<b>53.823,00</b>	<b>20.295,50</b>	<b>37,71%</b>
09.01	TERRENOS	2,00	2,00	11.416,50	570825,00%
09.01.01	Soc. e Quase Sociedades Não Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.01.10	Famílias	1,00	1,00	11.416,50	1141650,00%
09.02	HABITAÇÕES	10.002,00	10.002,00	0,00	0,00%
09.02.01	Soc. e Quase Sociedades Não Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.02.09	Instituições sem Fins Lucrativos	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.02.10	Famílias	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%
09.03	EDIFÍCIOS	3,00	3,00	0,00	0,00%
09.03.01	Soc. e Quase Sociedades Não Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.03.09	Instituições sem Fins Lucrativos	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.03.10	Famílias	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	43.816,00	43.816,00	8.879,00	20,26%
09.04.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	43.816,00	43.816,00	8.879,00	20,26%
09.04.01.01	Equipamento Transporte	43.814,00	43.814,00	8.729,00	19,92%
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento (venda de sucata ou retomas de maquinaria ou equipamento)	1,00	1,00	0,00	0,00%
09.04.01.03	Outros	1,00	1,00	150,00	15000,00%
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>1.260.147,00</b>	<b>1.260.147,00</b>	<b>11.858,91</b>	<b>0,94%</b>
10.01	SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	4,00	4,00	4.987,98	124699,50%
10.01.01	PÚBLICAS	3,00	3,00	0,00	0,00%
10.01.01.01	Empresas Públicas	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.01.99	Outras	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.01.02	Privadas	1,00	1,00	4.987,98	498798,00%
10.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	2,00	2,00	6.870,93	343546,50%
10.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	1,00	1,00	6.870,93	687093,00%
10.02.02	Companhias Seguros e Fundos Pensões	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.260.137,00	1.260.137,00	0,00	0,00%
10.03.01	ESTADO	1.241.991,00	1.241.991,00	0,00	0,00%
10.03.01.01	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.03.01.99	Outras (transferências de participações para bens de investimento - ministérios, CCDRLVT, AML)	1.241.990,00	1.241.990,00	0,00	0,00%
10.03.07	ESTADO - PARTICIP.COMUNITÁRIA PROJ. CO-FINANC.	18.145,00	18.145,00	0,00	0,00%
10.03.07.01	FSE	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.03.07.02	QREN / FEDER	18.144,00	18.144,00	0,00	0,00%
10.03.08	Serviços e Fundos Autónomos (IEFP, DREL, ITP)	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.05.01	CONTINENTE	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.08	FAMÍLIAS	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.08.01	Famílias	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.09	RESTO DO MUNDO	1,00	1,00	0,00	0,00%
10.09.01	União europeia - Instituições	1,00	1,00	0,00	0,00%



<b>11</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
11.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	1,00	1,00	0,00	0,00%
11.06.01	Soc. e Quase Sociedades Não Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
11.10	ALIENAÇÃO PARTES SOCIAIS EMPRESAS	1,00	1,00	0,00	0,00%
11.10.01	Alienação Partes Sociais Empresas	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1,00	1,00	0,00	0,00%
12.06.02	Sociedades Financeiras	1,00	1,00	0,00	0,00%
12.07	Outros Passivos Financeiros	1,00	1,00	0,00	0,00%
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>210.001,00</b>	<b>210.001,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
13.01	OUTRAS	210.001,00	210.001,00	0,00	0,00%
13.01.01	Indemnizações	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00%
13.01.02	Ativos Incorpóreos	1,00	1,00	0,00	0,00%
13.01.99	Outras	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>1.523.975,00</b>	<b>1.523.975,00</b>	<b>32.154,41</b>	<b>2,11%</b>
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>832,94</b>	<b>83294,00%</b>
15.01.01	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1,00	1,00	832,94	83294,00%
<b>16</b>	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
16.01	SALDO ORÇAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00%
16.01.01	Na Posse do Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>832,94</b>	<b>83294,00%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>16.596.742,17</b>	<b>13,66%</b>

## DESPESA

A análise da Despesa processa-se de igual forma ao procedimento de verificação da Receita, registando a execução dos vários capítulos comparando-os com os realizados em igual período do ano anterior:

Despesa	Realizado		Variação	
	mar_2014	mar_2015	Valor	%
01 Despesas com o Pessoal	7.059.754,67	7.235.453,72	175.699,05	2,49%
02 Aquisições de Bens e Serviços	6.758.083,83	6.356.951,88	-401.131,95	-5,94%
03 Juros da Dívida Pública	55.089,89	21.067,41	-34.022,48	-61,76%
04 Transferências Correntes	1.491.488,72	1.088.384,93	-403.103,79	-27,03%
06 Outras Despesas Correntes	46.479,44	62.088,41	15.608,97	33,58%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>15.410.896,55</b>	<b>14.763.946,35</b>	<b>-646.950,20</b>	<b>-4,20%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	1.975.949,39	2.928.893,05	952.943,66	48,23%
08 Transferências de Capital	64.900,57	157.528,32	92.627,75	142,72%
09 Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
10 Passivos Financeiros	403.756,36	389.018,51	-14.737,85	-3,65%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>2.444.606,32</b>	<b>3.475.439,88</b>	<b>1.030.833,56</b>	<b>42,17%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>17.855.502,87</b>	<b>18.239.386,23</b>	<b>383.883,36</b>	<b>2,15%</b>

Comparativamente ao ano anterior a Despesa Corrente apresenta uma variação negativa de 4,20%, com menos €646.950,20 em pagamentos efectuados.

O Capítulo 03 – Juros da Dívida Pública é o capítulo que maior quebra regista com 61,76%. Esta diminuição justifica-se pelo fim do pagamento do processo nº 63/1982 – Proagricultura, que era efetuado no mês de janeiro.

Em sentido contrário o Capítulo 06 – Outras Despesas Correntes verifica um crescimento de 33,58%, suportado no valor do IVA pago.

O Capítulo 07 - Aquisição de Bens de Capital, regista um aumento de 48,23%, justificado pelo esforço efectuado pelos serviços em proceder, de forma rápida, à liquidação da faturação que chegou no final do ano, por forma a diminuir o esforço no orçamento do ano corrente.

À semelhança da análise efectuada na Receita apresenta-se ao nível dos vários capítulos, que constituem a Despesa e a taxa de execução face aos valores previstos em Orçamento.

Rubricas da Despesa	DESPESA			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Pago	Execução
01 - Despesas com o Pessoal	34.469.164,00	34.455.164,00	7.235.453,72	21,00%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	44.732.308,00	40.203.097,63	6.356.951,88	15,81%
03 - Juros da Dívida Pública	1.988.333,00	1.988.333,00	21.067,41	1,06%
04 - Transferências Correntes	7.708.560,00	7.593.560,00	1.088.384,93	14,33%
06 - Outras Despesas Correntes	1.744.548,00	1.744.548,00	62.088,41	3,56%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>90.642.913,00</b>	<b>85.984.702,63</b>	<b>14.763.946,35</b>	<b>17,17%</b>
07 - Aquisição de Bens de Capital	25.515.266,00	30.172.425,37	2.928.893,05	9,71%
08 - Transferências de Capital	1.696.212,00	1.696.212,00	157.528,32	9,29%
09 - Activos Financeiros	775.794,00	775.794,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.870.000,00	2.871.051,00	389.018,51	13,55%
11 - Outras Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>30.858.272,00</b>	<b>35.516.482,37</b>	<b>3.475.439,88</b>	<b>9,79%</b>
<b>Total Despesa</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>18.239.386,23</b>	<b>15,01%</b>

A Despesa Total observa uma execução de 15,01%, em que a execução da despesa corrente verifica uma taxa de 17,17% e a de capital 9,79%.

O Capítulo 01 – Despesas com o Pessoal é o capítulo que sobressai no total das despesas corrente com 50,99% do total dos pagamentos efetuados.

Face ao total realizado da despesa de capital o Capítulo 07 - Aquisição de Bens de Capital é aquele que apresenta o mais expressivo valor de realização, com o montante de € 2.928.893,05, ou seja, 84,27% no total dos pagamentos efectuados.

De seguida apresentam-se os valores realizados nas várias rubricas que constituem a Despesa (corrente e capital) bem como a taxa de execução face aos valores do orçamento actual:

Económica	Rubrica	Orçamento Inicial	Orçamento Actual	Execução	% Exec.
<b>01</b>	<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>34.469.164,00</b>	<b>34.455.164,00</b>	<b>7.235.453,72</b>	<b>21,00%</b>
0101	Remunerações Certas e Permanentes	25.501.139,00	25.278.139,00	5.716.463,39	22,61%
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.805.121,00	1.756.121,00	419.413,50	23,88%
0103	Segurança Social	7.162.904,00	7.420.904,00	1.099.576,83	14,82%
<b>02</b>	<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>44.732.308,00</b>	<b>40.203.097,63</b>	<b>6.356.951,88</b>	<b>15,81%</b>
0201	Aquisição de Bens	6.443.271,00	6.653.827,18	1.182.359,33	17,77%
0202	Aquisição de Serviços	38.289.037,00	33.549.270,45	5.174.592,55	15,42%
<b>03</b>	<b>Juros da Dívida Pública</b>	<b>1.988.333,00</b>	<b>1.988.333,00</b>	<b>21.067,41</b>	<b>1,06%</b>
0301	Juros da Dívida Pública	180.010,00	180.010,00	10.428,98	5,79%
0302	Outros Encargos Correntes da Dívida Pública	50.000,00	50.000,00	10.638,43	21,28%
0303	Juros de Locação Financeira	1.583,00	1.583,00	0,00	0,00%
0305	Outros Juros	1.756.740,00	1.756.740,00	0,00	0,00%
<b>04</b>	<b>Transferências Correntes</b>	<b>7.708.560,00</b>	<b>7.593.560,00</b>	<b>1.088.384,93</b>	<b>14,33%</b>
0401	Soc. e Quase Sociedade não Financeiras	1.765.239,00	1.765.239,00	0,00	0,00%
0403	Administração Central	0,00	0,00	0,00	0,00%
0405	Administração Local	830.000,00	841.000,00	225.392,36	26,80%
0407	Instituições sem Fins Lucrativos	5.006.670,00	4.900.670,00	844.045,26	17,22%
0408	Famílias	106.651,00	86.651,00	18.947,31	21,87%
0409	Resto do Mundo	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>05</b>	<b>Subsídios</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
0501	Soc. e Quase Sociedade não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>06</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.744.548,00</b>	<b>1.744.548,00</b>	<b>62.088,41</b>	<b>3,56%</b>
0601	Dotação Provisional	0,00	0,00	0,00	0,00%
0602	Diversas	1.744.548,00	1.744.548,00	62.088,41	3,56%
	<b>Despesa Corrente</b>	<b>90.642.913,00</b>	<b>85.984.702,63</b>	<b>14.763.946,35</b>	<b>17,17%</b>
<b>07</b>	<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>25.515.266,00</b>	<b>30.172.425,37</b>	<b>2.928.893,05</b>	<b>9,71%</b>
0701	Investimentos	18.033.716,00	21.141.089,38	1.753.690,45	8,30%
0702	Locação Financeira	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00%
0703	Bens do Domínio Público	7.451.550,00	9.001.335,99	1.175.202,60	13,06%
<b>08</b>	<b>Transferências Capital</b>	<b>1.696.212,00</b>	<b>1.696.212,00</b>	<b>157.528,32</b>	<b>9,29%</b>
0801	Soc. e Quase Sociedade não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
0805	Administração Local	548.860,00	548.860,00	102.655,17	18,70%
0807	Instituições sem Fins Lucrativos	1.111.352,00	1.111.352,00	54.873,15	4,94%
0808	Famílias	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00%
0809	Resto do Mundo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
<b>09</b>	<b>Activos Financeiros</b>	<b>775.794,00</b>	<b>775.794,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
0907	Acções e Outras Participações	3,00	3,00	0,00	0,00%
0908	Unidades de Participação (FAM)	775.791,00	775.791,00	0,00	0,00%
<b>10</b>	<b>Passivos Financeiros</b>	<b>2.870.000,00</b>	<b>2.871.051,00</b>	<b>389.018,51</b>	<b>13,55%</b>
1006	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	2.870.000,00	2.871.051,00	389.018,51	13,55%
<b>11</b>	<b>Outras Despesas de Capital</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
1102	Diversas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
	<b>Despesa de Capital</b>	<b>30.858.272,00</b>	<b>35.516.482,37</b>	<b>3.475.439,88</b>	<b>9,79%</b>
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>121.501.185,00</b>	<b>18.239.386,23</b>	<b>15,01%</b>

**DÍVIDAS A TERCEIROS**

A dívida a terceiros registada no Balancete a 31 de março apresenta um valor total de €23.356.453,31. O quadro seguinte permite comparar este montante com os valores a 1 de janeiro, com o mesmo nível de detalhe presente no balanço. Os valores apresentados incluem os movimentos extraorçamentais.

Passivo	01-01-2015	31-03-2015
<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>50.450.618,83</b>	<b>50.450.618,83</b>
Empréstimos de Longo Prazo	24.653.021,45	24.653.021,45
Fornecedores de Imobilizado c/c - MLP	17.656.658,56	17.656.658,56
Outros Credores - Médio e Longo Prazo	8.140.938,82	8.140.938,82
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>20.402.785,79</b>	<b>23.356.435,31</b>
Empréstimos de Longo Prazo (obrigações de curto prazo)	2.876.078,66	2.487.060,15
Fornecedores c/c	3.898.853,95	4.135.089,84
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1.903.316,71	2.705.910,93
Utentes c/c	0,00	0,00
Clientes e Utentes com cauções	233.279,94	233.279,94
Fornecedores de Imobilizado c/c - Curto Prazo	6.228.698,77	5.879.158,21
Estado e Outros Entes Públicos	378.012,95	1.063.527,55
Administração Autárquica	20.028,34	148.500,00
Outros Credores	4.540.968,91	6.690.856,50
Fornecedores de Imobilizado - Faturas em receção e conferência CP	309.753,11	4.491,39
Fornecedores de Imobilizado - Leasing + Credores Fatoring	13.794,45	8.560,80
<b>Total Dívida a Terceiros</b>	<b>70.853.404,62</b>	<b>73.807.054,14</b>

O quadro seguinte apresenta os valores de dívida orçamental, em igual período. O montante da dívida orçamental corresponde a faturas e documentos equivalentes, registados na contabilidade, vencidas ou com prazo de vencimento próximo, com ou sem ordem de pagamento emitida.

Dívida	01-01-2015	31-03-2015
Corrente	3.975.706,23	6.414.392,74
Capital	727.632,44	636.061,88
<b>Total</b>	<b>4.703.338,67</b>	<b>7.050.454,62</b>

## PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O quadro seguinte apresenta o prazo médio de pagamentos, tendo em conta a forma de cálculo utilizada pela DGAL e o montante a pagar da PPP Oeiras Primus, SA.

PMP	30-06-2014	30-09-2014	31-12-2014	31-03-2015
PMP _ Prazo Médio de Pagamentos _ DGAL	290 dias	357 dias	226 dias	197dias

Nota: O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos pela fórmula da DGAL é apurado numa base trimestral.  

$$\text{PMP} = ((\text{Dívidas a Fornecedores} / \text{Aquisição de bens e serviços}) \times 365 \text{ dias})$$

Se excluirmos do cálculo, do PMP, o valor referente à ao acordo judicial da PPPI Oeiras Primus, SA obteríamos um PMP de 33 dias, dado que existe um valor de dívida, registado em passivo, no montante de € 26.428.571,44 que será paga entre 2015 e 2019, em 2 prestações semestrais de € 2.642.857,14. Este montante em dívida tem um impacto negativo ao longo dos próximos trimestres.



**DÍVIDA TOTAL AO ABRIGO DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO**

O n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro vem definir o cálculo do limite da dívida total dos municípios com base na receita corrente cobrada líquida nos três últimos anos. Atendendo a que os serviços municipalizados constituem serviços dos municípios, embora estruturados segundo modelo empresarial, as receitas dos mesmos contribuem para o cálculo do limite da dívida do respetivo município.

Face a esta alteração legislativa o cálculo do endividamento conforme previsto na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, deixa de fazer sentido:

Atendendo ao preceituado na legislação o limite da Dívida Total para 2015 será:

SMAS	2012	2013	2014
Receita corrente cobrada líquida	57.816.900,13	51.600.934,21	54.018.546,26
Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	2.497.939,94	1.295.964,22	1.190.199,86
<b>Total receita (extra Município)</b>	<b>55.318.960,19</b>	<b>50.304.969,99</b>	<b>52.828.346,40</b>
<b>Município de Oeiras: 50% comparticipação</b>	<b>27.659.480,10</b>	<b>25.152.485,00</b>	<b>26.414.173,20</b>
<b>Município</b>			
Receita corrente cobrada líquida	106.433.413,28	106.964.294,07	115.092.843,93
Receita corrente líquida cobrada aos SMAS (-)			
<b>Total receita (extra SMAS)</b>	<b>106.433.413,28</b>	<b>106.964.294,07</b>	<b>115.092.843,93</b>
Total das despesas correntes do Município com o SMAS	2.423.486,20	1.218.780,68	1.201.788,66
<b>Total Receita Município + Despesa paga SMAS</b>	<b>134.092.893,38</b>	<b>132.116.779,07</b>	<b>141.507.017,13</b>
<b>Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos</b>		<b>135.905.563,19</b>	
<b>Limite da dívida total para 2015</b> (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)		<b>203.858.344,79</b>	

O apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento (Oeiras Primus, reconhecido em balanço o valor do acordo extrajudicial), por iniciativa do Município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, conforme estipula o art.º 52.º da Lei n.º 73/2003 de 3 de setembro.

Comparando com igual período do ano anterior, constata-se que o valor da dívida reduziu €34.663.784,95.

<b>Dívida total</b>			
	<b>31-03-2015</b>	<b>31-03-2014</b>	<b>Varição</b>
<b>Dívida a terceiros</b>			
Empréstimos	27.140.081,60	30.012.660,19	-2.872.578,59
Contratos de locação financeira	8.560,80	0,00	8.560,80
Outras formas de endividamento	25.797.597,38	27.100.556,89	-1.302.959,51
Débitos a terceiros	20.860.814,36	17.540.228,95	3.320.585,41
<b>Total dívida a terceiros</b>	<b>73.807.054,14</b>	<b>74.653.446,03</b>	<b>-846.391,89</b>
<b>Extra orçamentais</b>			
Débitos a terceiros (-)	385.844,32	0,00	-385.844,32
<b>Contribuição SEL para a Dívida Total</b>			
Entidades Participadas	11.765.502,19	22.437.735,19	-10.672.233,00
<b>Dívida total de operações orçamentais do município</b> (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	<b>62.427.396,27</b>	<b>97.091.181,22</b>	<b>-34.663.784,95</b>
<b>Margem Absoluta</b>		<b>141.430.948,52</b>	
Utilização da margem disponível (20%)		<b>28.286.189,70</b>	

A participação do Município nas entidades que relevam para efeitos de dívida total é apurada de acordo com o seguinte mapa:

<b>% Partic.</b>	<b>Entidades</b>	<b>Dívida Total entidade</b>	<b>Valor</b>
50,0%	SIMAS	4.849.962,37	2.424.981,19
100,0%	Oeiras Viva	1.020.470,67	1.020.470,67
100,0%	Habitágua	631.192,74	631.192,74
100,0%	LEMO <sup>1</sup>	0,00	0,00
51,0%	SATU – Oeiras <sup>1</sup>	0,00	0,00
56,7%	Município	1.632.025,32	925.521,56
49,0%	Oeiras Expo, SA	13.716.028,57	6.720.854,00
12,5%	Fundação Marquês de Pombal <sup>1</sup>	0,00	0,00

(continua)

(continuação)

% Partic.	Entidades	Dívida Total entidade	Valor
72,5%	OEINERGE <sup>2</sup>	18.287,19	13.250,90
50,0%	AITEC / OEIRAS Invest <sup>1</sup>	0,00	0,00
2,85%	E.I.A <sup>1</sup>	0,00	0,00
0,532%	ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	4.750.933,62	25.274,97
20,0%	AMTRES <sup>3</sup>	0,00	0,00
66,7%	A.M.E.M. <sup>4</sup>	0,00	0,00
2,506%	AMPV- AM Portugueses do Vinho	20.233,50	507,05
0,010%	RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis <sup>1</sup>	0,00	0,00
5,45%	AML	32.277,00	1.759,10
9,6%	ARTEMREDE - Teatros Associados	6.603,33	633,92
10,66%	AMEGA	4.168,44	444,36
	ANMP	5.854,00	611,75
	<b>Total</b>		<b>11.765.502,19</b>

1. Não enviaram informação
2. A informação refere-se ao balanço de encerramento
3. A necessidade de efetuar uma revisão ao orçamento de 2015, não permite o encerramento das contas do 1º trimestre de 2015
4. Não dispomos de qualquer informação após 30\_junho\_2014

**ATIVIDADE MUNICIPAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO**

Mapas de Acompanhamento Mensal Acumulado: janeiro a março de 2015

**Unidade Orgânica: GAF - Gabinete de Apoio às Freguesias**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.1.1.3	GAF	% de Juntas de Freguesia envolvidas (que participam na audição)	80%			
8.1.2.1	GAF	Taxa da execução financeira no âmbito da apresentação dos Relatórios Bimestrais - despesa de capital	75%			
	GAF	Taxa da execução financeira no âmbito da apresentação dos Relatórios Bimestrais - despesa de corrente	75%			
8.1.2.2	GAF	Taxa dos apoios financeiros no âmbito da operacionalização das festividades	90%			
	GAF	Número de iniciativas realizadas face ao número de iniciativas previstas	90%			
8.1.2.3	GAF	Tempo de resposta (desde a receção no GAJF até finalização da apreciação)	30 dias			
8.4.2.3	GAF	Melhorar o prazo de resposta a entidades externas relativamente a despachos do Sr. Presidente e informações dos Serviços	Prazo de resposta	≤ 5 dias		
8.6.2.4	GAF	Implementar aplicação informática com vista à desmaterialização do modelo de Relatório de DC	Data da disponibilização da 1ª fase da aplicação, para teste, às Juntas de Freguesia depois de introduzidos os ajustes face às alterações ao Protocolo da Delegação de Competências	30-nov		

**Unidade Orgânica: GC - Gabinete de Comunicação**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.1.1.10 Avaliar a satisfação de clientes internos e outras partes interessadas	GC	Grau de satisfação aferido c/ inquérito por questionário aplicado em junho	75%	0		A aplicar em junho.
8.1.3.1 Avaliar a procura e relação com municipais e outras partes interessadas	GC	n.º de visitas ao portal	540.000	436.222		
	GC	n.º de visitas à loja do palácio	18.000	9.356		Ainda Loja do Oeiras Parque
8.1.3.2 Aumentar a visibilidade do Canal Oeiras - Canal Corporativo Municipal, alargando-o a outros locais, dos JEI - Jornais Eletrónicos e das Redes Sociais	GC	n.º de subscritores do facebook	30.000	19.712		
	GC	n.º potencial de visualizações únicas Canal Oeiras e JEI	100.000	10.000		3000 visualizações canal jei e 7000 nos JEI (valor estimado de 1000 por cada posto)
8.2.1.1 Aplicação e monitorização do Plano	GC	Nr. de revisões do Plano de Comunicação externo	4 (1 por trim.)	1		
8.2.1.2 Produção editorial de periódicos e não periódicos	GC	Nr de publicações periódicas /ano	25	8		Páginas de Encontro; Brochura Bilingue e Roteiro 30 Dias
	GC	Nr. de livros editados (digital e fisicamente)	6	3		Catálogo da exposição A Floresta Africana na Verney; Catálogo da Exposição Vitis Vinifera no CCPE e Catálogo da Exposição Laços de Família no CAMB
8.2.1.3 Promoção e monitorização dos Media	GC	Publicidade nos meios de comunicação social	Monitori-zação	42		
	GC	taxa de cobertura dos medias locais e regionais	Monitori-zação	83		
8.2.1.4 Planeamento de meios: comunicação Urbana, digital e multimédia	GC	Nr de ações de comunicação urbana / ano	60	23		Oeiras Marina; Exposição CAMB Para lá da Pintura; Exposição CCPE "Vitis Vinifera"; Ambiente - Apanhe do chão os dejetos do seu cão; Ambiente - Separe o Lixo e deposite no lugar certo; Peça de Teatro- A Casa Perto da Praia; Só o Coração Pode Bater; Olavo Bilac; Já Cá Canta e Peça do TIO
8.2.1.5 Campanhas de comunicação	GC	Nr de ações de comunicação digital e multimédia / ano	365	47		
	GC	Nr de campanhas de comunicação externa	12	0		
	GC	Nr campanhas de comunicação interna	4	0		

## Município de Oeiras

### Informação Escrita do Presidente

(c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)

	GC	N.º de produtos vídeo e multimédia disponibilizados online	50	6	Oeiras tem Voz - Oeiras
	GC	n.º de trabalhos fotográficos (retratos, reportagens, registos temáticos)	500	80	
8.2.2.1	GC	Conceção, produção e disponibilização de produtos gráficos, audiovisuais e multimédia	300	96	<p>Livros Proibidos; Villa Oeiras; Páginas de Encontro; Conversas Aldeia Global; Masterclass; Cássicos em Oeiras; Roteirinho; Concerto Olavo Bilac; Campanha "Apenas o Coração Pode Bater"; Jovens em Movimento; Cartão 65 +; Celeziona del Sindico; Campanha Ambiente; Exposição Floresta Africana; IV Feira da Consciência; Concerto Quaresma; Festival de Vinho Europeu; Pacotes de açúcar - Maus tratos; Comemorações da Primavera; Exposição CAMB - Laços de Família; Queimar as Pestanas; Dia Internacional da Mulher; Dia Mundial da Poesia; Banner Desporto; Hora do Planeta; Jovens com Valores; Campanha Desperdício 0; Mostra de Teatro Amador; Exposição Ribamar; Banner novo CPA; Propostas Festas 2015; Espaço Cidadão; Concurso de Fotografia; Sinalética Palácio; Aos Sábados no Palácio; Exposição Vitis Vinífera no CCPE; Ary dos Santos; Brochura Quinta do Salles; Escrita Criativa; Feira do Fumeiro; Património Industrial; A Descoberta da Fábrica Pólvora; Uma Casa perto da Praia; Oeiras Solidária; Y Love Kuduro; Decoração quiosque móvel e folheto do Arquivo</p>
8.2.2.2	GC	Participação em eventos	4	1	IV Feira da Consciência



**Unidade Orgânica: GCAJ - Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	(%)	
8.4.2.4 Identificação de Legislação conexa com as autarquias locais e tratamento, para posterior divulgação de diplomas estruturantes	GCAJ	Resposta em 10 dias úteis após a entrada em vigor do Diploma.	90%			
8.4.2.5 Análise das sentenças judiciais relevantes p/ o município e serviços da autarquia (sentido e alcance da sentença, implicações p/ os serviços, conteúdo pedagógico, medidas corretivas a adotar	GCAJ	Emissão da análise no prazo de 20 dias úteis contados a partir da notificação da sentença.	70%			
8.4.2.6 Monitorização do movimento processual: prazos, número de intervenções, celeridade, mérito, rigor na fundamentação de facto e de Direito.	GCAJ	Taxa percentual de prática de atos endoprocedimentais e processuais dentro dos prazos legais	90%			
8.4.2.8 Análise de Jurisprudência e relatórios de auditoria da IGF e Tribunal de Contas que sejam relevantes para a boa gestão da Autarquia nos domínios jurídico, financeiro, fiscal, controlo e gestão de dinheiros públicos e de utilização de boas práticas administrativas, e que resultem de comunicações destas entidades	GCAJ	Apresentação de 1 estudo anual	100%			
8.4.2.9 Redução da pendência dos processos de acidente	GCAJ	Processos de acidente pendentes resolvidos (2015 - 2014 / 2014)*100	Melhoria de 5% (105%)			
8.4.3.8 No âmbito do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), em curso no DAE, atualizar a legislação em vigor em matéria do ambiente	GCAJ	Percentagem de respostas dentro do prazo de 15 dias úteis	90% dos casos			

## Unidade Orgânica: GPDEIG - Gabinete de Prospetiva, Desenvolvimento Estratégico e Informação Geográfica

Projetos / Iniciativas / Ações		U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.1.2.1	Qualificação dos espaços urbanos - existentes e perspectivados no âmbito dos novos paradigmas de desenvolvimento das cidades - Revisão do PDM	GPDEIG	Publicação em DR	31-dez			Aguarda-se publicação em DR
1.1.3.1	Desenvolvimento dos trabalhos necessários à elaboração e aprovação dos PMRR	GPDEIG	Elaboração do PMRR	50%		20	
5.1.3.1	Organização de iniciativas participativas	GPDEIG	n.º iniciativas	4	1		
5.1.4.1	Gerir a informação espacial e de base estatística	GPDEIG	Taxa de atualização da informação de base estatística	75%		20	
6.1.1.1	Análise de informação estatística	GPDEIG	Elaboração de Relatório	Monitoriz ação		100	
8.1.1.24	Melhorar a satisfação dos clientes internos - Apoio direto aos utilizadores	GPDEIG	Grau de satisfação de clientes internos aferido por questionário	90%	0		
8.4.2.7	Promover o desenvolvimento de aplicações para disponibilização do SIG Municipal (Aprofundar o SIG, promover a integração de bases de dados e a melhoria dos processos internos de gestão)	GPDEIG	Número de novas aplicações	2 Aplicações / serviços	0		
8.4.2.10	Responder aos pedidos efetuados no âmbito do SIG	GPDEIG	Taxa de pedidos com resposta em 10 dias	90% dos pedidos	42	100	As 42 solicitações efetuadas foram todas respondidas dentro ao prazo limite (10 dias)
8.6.1.4	Desenvolver a IDE - Disponibilizar temas de informação geográfica (preparar novos temas ou atualizar temas existentes)	GPDEIG	Taxa de pedidos de disponibilização de temas aos serviços após receção da informação no GPDEIG em 20 dias	90% dos pedidos	0		

**Unidade Orgânica: DPMPC - Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil**

**DPMPC / Serviço de Proteção Civil**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
1.2.1.1 Atribuição de subsídios às associações de Bombeiros do Concelho	SPC	Taxa de atribuição de subsídios	Monitoriz ação			
1.2.1.2 Criação de Equipas de Intervenção Permanente	SPC	n.º de equipas	Monitoriz ação			
1.2.1.3 Promover Simulacros (concelho)	SPC	n.º de corpos de bombeiros envolvidos	7			
1.2.1.4 Promover ações de prevenção e sensibilização de proteção civil	SPC	Taxa de crescimento das ações promovidas face ao ano anterior	1%			

**DPMPC / Divisão de Polícia Municipal**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
1.2.2.1 Promover ações de policiamento de proximidade	DPM	Taxa de realização face ao ano anterior	1%			
1.2.2.2 Promover ações de prevenção e fiscalização	DPM	Taxa de realização face ao ano anterior	1%			
1.2.2.3 Promover ações de prevenção e sensibilização rodoviária e ambiental	DPM	Taxa de execução do plano de sensibilização rodoviária/ ambiental	85%			

DPMIPC / Divisão Administrativa e de Contraordenações

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.1.1.6 Garantir resposta às solicitações dos municípios	DACO	n.º de dias para resposta (no âmbito do CPA)	9 dias			
	DACO	n.º de dias para resposta (outras solicitações)	60 dias			
8.1.1.7 Desencadear a instrução de processos de contraordenação	DACO	Taxa de processos iniciados	80%			
8.1.1.8 Concluir instrução de processos de contraordenação	DACO	Taxa de processos concluídos	60%			

**Unidade Orgânica: DAGF - Departamento de Administração Geral e Finanças**

8.1.1.9	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
	Assegurar a satisfação de clientes internos	DAGF	Taxa de satisfação com base em inquérito	70%			
8.3.4.1	Maximizar as Execuções Fiscais	DAGF	Taxa recuperação dívida pendente	3% de 2006 a 2013			
		DAGF	Taxa de cobrança	15% de processos instaurados em 2014			
8.3.4.2	Tesouraria	DAGF	Acompanhar a implementação da possibilidade dos clientes/utentes efetuarem pagamentos por débito direto e alteração para o sistema SEPA	Relatório de ponto de situação até 31-03-2014			

## Município de Oeiras

### Informação Escrita do Presidente

(c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)

#### DAGF / Divisão de Gestão Organizacional

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
4.2.2.3	DGO	Nº de ações desenvolvidas	5			Exposições, artigos e outros eventos
5.1.1.1	DGO	N.º formalidades/serviços disponibilizados	Monitorização			O DGO colabora na gestão do Portal dos Serviços Online; A Agência para a Modernização Administrativa (AMA), responsável pela gestão do Balcão do Empreendedor (BdE), desenvolveu uma nova versão e reduziu o n.º de formalidades disponibilizadas. O novo BdE entrou em produção no dia 5 de janeiro de 2015. O DGO apoia os serviços camarários na familiarização com os portais da AMA e na gestão dos respetivos conteúdos.
8.1.1.1	DGO	Grau de satisfação aferido c/ inquérito por questionário aplicado em junho	80%			A aplicar em junho
8.1.1.2	DGO	Responder e resolver reclamações legítimas e da exclusiva atribuição do município	50%	103	51	No geoport 'O Meu Bairro' foram rececionados 203 ocorrências no 1.º trimestre, sendo que 103 (51%) cumpriram o prazo de 15 dias para resposta. Em janeiro foram rececionadas 72 ocorrências: 40 (56%) cumpriram o prazo legal. Em fevereiro foram rececionadas 74 ocorrências: 34 (46%) cumpriram o prazo legal. Em março foram rececionadas 57 ocorrências, das quais 29 (51%) cumpriram o prazo legal
8.4.1.1	DGO	Taxa de aplicação das ferramentas do MIG	Monitorização			Em dezembro 2014, foi concluída a formação-ação de aperfeiçoamento do Modelo Integrado de Gestão: Intervir sobre as ineficiências para reduzir custos; Desenvolver competências ao nível do controlo interno e a função auditoria; Otimizar as aplicações informáticas; Promover a excelência em gestão; Dinamizar a mobilidade interna. Foi feito um balanço do projeto junto do executivo. Em 20 de março 2015, em Coimbra, com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, ocorreu a apresentação de resultados e análise de casos no âmbito dos Projetos Formação Ação
8.4.2.1	DGO	Nº de registos disponibilizados através da aplicação X-Arq	11.000			Registos validados anualmente
8.4.2.2	DGO	% de utilizadores formados por U.O.	100%			

Informação Escrita do Presidente

(c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)

8.4.3.1	SGQ - Manter a Certificação e promover a Extensão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) a novas áreas de atuação do Município	DGO	Data de Conclusão do Processo	31-dez		<p>No que diz respeito ao SGQ já implementado e Certificado, durante o 1.º Trimestre de 2015, foram efetuadas reuniões de acompanhamento e verificação do SGQ, entre a DGO/Núcleo de Gestão da Qualidade e os vários serviços envolvidos no Sistema. Quanto à extensão do SGQ a novas áreas de atuação do Município foram efetuadas sessões de trabalho com a DASSJ, DGF, SEF e DGP, encontrando-se na fase de conceção a implementação das metodologias do SGQ, nomeadamente a elaboração dos Mapas de Processo.</p> <p>Em 2014, a Taxa de Cumprimento dos Objetivos do SGQ foi 77,5%. Relativamente a 2015, após o término do 1.º Trimestre são elaborados os Relatórios de Gestão - referentes ao 1.º Trimestre do ano - dos Processos do SGQ, onde são apresentados os resultados obtidos no período em análise, objetivo a objetivo e a respetiva análise crítica (mencionando o grau de cumprimento/desempenho e justificando eventuais desvios ocorridos).</p>
8.4.3.2	SGQ - Coordenar a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - ISO 14001 - e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) - OHSAS 18001 - visando dar continuidade à aplicação do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), no Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE)	DGO	Taxa de cumprimento do planeamento	90%		<p>No decorrer do 1.º Trimestre de 2015 foram realizadas sessões de trabalho entre os Serviços do DAE envolvidos no SIGQAS e os Gestores Ambientais e da Segurança e Saúde do Trabalho, bem como com a participação da DGO/Núcleo de Gestão da Qualidade. Em relação ao Procedimento Concursal para "Aquisição de Serviços de Consultoria e Assistência Técnica e de realização de Auditoria Interna no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança, correspondentes a diversas unidades orgânicas do Município de Oeiras", já foi enviado ao adjudicatário o "Ofício de Notificação de Adjudicação, através da Plataforma.</p>

**DAGF / DGO / Unidade de Serviços Gerais**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.1.1.20 Melhorar a satisfação dos clientes internos c/ os Serviços Gerais (recepção, reprografia, refeitório e bares, limpeza)	DGO / USG	Grau de satisfação aferido c/ inquéritos internos	80%			
8.1.1.21 Garantir a satisfação na prestação de serviços de apoio aos eventos	DGO / USG	Grau de satisfação aferido c/ inquéritos	80%			
8.3.2.1 Assegurar a boa execução orçamental	DGO / USG	Taxa execução do compromisso	75%			

**DAGF / Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.3.2.2 Assegurar a boa execução orçamental	DTSI	Taxa execução do compromisso	75%			
8.4.2.39 Melhorar o tempo de resposta a solicitações de apoio nos SI's	DTSI	Tempo médio de resposta	80h			Aplicação de registo de pedidos informáticos
8.6.1.2 Melhorar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	DTSI	Grau de satisfação aferida através de questionário anual	≥ 80%			
8.6.1.3 Garantir a disponibilidade das plataformas aplicacionais de suporte aos serviços online no Site Institucional, Solução de Balcão Único e ERP.	DTSI	Taxa de disponibilidade	≥ 95% (média anual)			
8.6.2.3 Garantir reporte segundo metodologia PTI – Plano de Transferência Interna, relativamente a Recursos Tecnológicos.	DTSI	Grau de cumprimento (nº de reportes apresentados)	2,00			



**DAGF / DTSI / Unidade de Infraestruturas e Administração de Sistemas**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.4.2.40 Melhorar do tempo de resposta a solicitações de apoio nos TI's	DTSI / UIAS	Tempo médio de resposta em horas	80h			Aplicação de registo de pedidos informáticos
8.6.1.1 Melhorar a satisfação dos clientes internos (Quest.2)	DTSI / UIAS	Grau de satisfação aferida através de questionário anual	≥ 80%			
8.6.2.1 Reduzir o consumo energético em equipamentos informáticos (de acordo com metas do PAESO)	DTSI / UIAS	Redução do consumo energético com equipamentos informáticos em MW	1,5MW			
8.6.2.2 Garantir reporte segundo metodologia PTI (Plano de Transferências Internas) relativamente aos recursos tecnológicos	DTSI / UIAS	Grau de cumprimento (nº de reportes apresentados)	12,00			
8.4.2.40 Melhorar do tempo de resposta a solicitações de apoio nos TI's	DTSI / UIAS	Tempo médio de resposta em horas	80h			Aplicação de registo de pedidos informáticos

**DAGF / Divisão de Gestão Financeira**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.3.2.13 Validar informação contabilística trimestralmente	DGF	Número de relatórios efetuados	4			
8.3.2.14 Efetuar procedimentos contabilísticos de encerramento de ano	DGF	Cumprimento das datas de entrega dos relatórios/informação	Até ao final do mês seguinte ao trimestre a que respeita			
8.3.2.18 Diligenciar e garantir o processo prestação de contas consolidadas	DGF	Cumprimento das datas estipuladas para o encerramento de contas	15 de Março			
8.4.2.38 Reengenharia/otimização de processos técnico-administrativos relativos à Donativos e Isenções	DGF	Cumprimentos dos prazos legais estipulados	Junho			
	DGF	Data de entrega dos processos otimizados	Final de Novembro			

**DAGF / DGF / Unidade de Planeamento, Orçamento e Controlo**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.3.1.1 Elaborar documentos estruturantes de planeamento estratégico e de gestão	DGF / UPOC	Cumprimentos dos prazos legais estipulados	Outubro			
8.3.2.12 Diligenciar e garantir o processo prestação de contas individuais	DGF / UPOC	Cumprimentos dos prazos legais estipulados	Abril			
8.4.2.25 Dinamizar a Contabilidade de Custos	DGF / UPOC	Numero de ações realizadas	2			

**DAGF / Divisão de Recursos Humanos**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
5.1.1.1 Acolher estágios	DRH	Nº estágios proporcionados	60	17		Conforme mapa de execução dos Estágios Curriculares 2015, foram acolhidos 23 Estágios Curriculares: Mestrado (3), Licenciatura (4) e Ensino Secundário (16). Entretanto, encontra-se a decorrer o Processo de Seleção de 10 Estagiários Profissionais ao abrigo do Programa PEPAL.
8.3.2.3 Assegurar a boa execução orçamental	DRH	Taxa execução do compromisso	75%		67	Valor calculado com incidência nos Compromissos /Financiamento Definido. Até final de Março a taxa de execução orçamental é de 67,4%.

Informação Escrita do Presidente

(c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)

8.5.1.1	SGQ - Dinamizar a mobilidade interna com vista à gestão eficiente dos recursos e à satisfação dos trabalhadores	DRH	Nº trabalhadores mobilizados	40	2	93	Desde o início do ano até final de Março foram mobilizados 2 trabalhadores. Foram abertos 4 novos processos de Mobilidade (em Março).
		DRH	Grau de satisfação dos integrantes	≥80%			Desde o início do ano até final de Março, foram aplicados 9 inquéritos de satisfação. Em Março foram aplicados 3 inquéritos, tendo-se obtido uma taxa de satisfação de 93,06%
8.5.1.2	SGQ - Desenvolver competências dos trabalhadores	DRH	Taxa de concretização do plano (20.000 planeadas)	75%	4.655,50	23	Atendendo a uma projeção de volume de formação planeada para o ano de 2015 de 20.000 horas, como resultado do diagnóstico de necessidades formativas implementado no último trimestre de 2014, foi frequentado um total de 3.493,5 horas até ao final do mês de Março, correspondentes a participações em 14 cursos, constituídos por um total de 50 ações de formação previstas no Plano de Formação Interna 2015, aprovado no dia 30/03/2015. Foram ainda frequentadas 1.162 horas de formação externa, correspondentes a 89 participações em 33 ações de formação.
8.5.1.3	SGQ - Efetuar a avaliação da eficácia nas ações de formação	DRH	Grau de reforço de competências e qualificações	60%			A avaliação da eficácia será efetuada semestralmente, nos meses de junho e dezembro de 2015. Uma vez que os questionários de avaliação de eficácia apenas são remetidos para os formandos 2 meses após a formação os relatórios reportarão, respetivamente, à formação concluída até março (1º semestre) e setembro (2º semestre/relatório anual). A avaliação da eficácia anual, incluindo os meses de outubro/novembro/dezembro será atualizada posteriormente, aquando da disponibilidade dos respetivos dados.
8.5.1.10	Projeto de Otimização de Recursos Humanos	DRH	Nº semanas para implementar. Etapa 1 do projeto, a contabilizar a partir da data de adjudicação	12 Semanas			O projeto iniciará no dia 13 de abril.
8.5.2.1	Articular respostas sociais c/ vista a solucionar casos de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social	DRH	Nº de atendimentos	200	25		Foram efetuados 25 atendimentos sociais.
		DRH	Nº de processos abertos	30	13		Desde o início do ano foram abertos 13 Novos processos, reabertos 2 e encerrado 1 processo.

8.5.2.2	SGQ - Cumprir o Programa PREVENIR +	DRH	Taxa de cumprimento	≥ 80%	19,3 %	De acordo com as medidas estabelecidas no Programa Prevenir Mais, e tendo em conta o executado no mês de Março a taxa de realização obtida é de 19,3%, que está dentro do intervalo esperado.
8.5.2.3	SGQ - Diminuir o absentismo por motivo de acidente de trabalho	DRH	Taxa de redução (Nº dias registados em 2014- <u>8996</u> dias)	1%	1870	Os dados referentes ao mês de Janeiro só podem ser reportados em Fevereiro e assim sucessivamente até final do ano. O reporte é feito com um mês de desfasamento. Desde o início do ano até final de Março foram registados 1870 dias de ausência por acidente de trabalho, que corresponde a 20% do total de dias registado em 2014 (8996 dias)
8.5.2.4	Cumprir o Programa ACOULHER +	DRH	Taxa de cumprimento	≥ 80%	21,2 %	De acordo com as medidas estabelecidas no Programa Acolher Mais, e tendo em conta o executado no mês de Março a taxa de realização obtida é de 21,2%, que está dentro do intervalo esperado
8.5.3.1	Dinamizar um Team-Building	DRH	Grau de satisfação dos participantes	≥ 70%		Encontram-se previstas 2 ações de team-building no Plano de Formação Interna de 2015, para dirigentes e restantes trabalhadores, as quais ainda se encontram em planeamento.

DAGF / Divisão de Contratação Pública

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
8.1.1.11	SGQ – Implementação do portal de fornecedores	DCP	Disponibilização do Portal no site do Município	31-dez			Este objetivo depende de uma entidade externa à DCP, nomeadamente DTSI e/ou outra que nos disponibilize a aplicação informática. Este objetivo já foi reportado e está em fase de análise para eventual implementação.
8.1.1.23	SGQ – Disponibilização da avaliação dos fornecedores no site do município	DCP	Prazo da disponibilização	31-mar			Enviado por email para DGO em 25/03, para publicitação no Portal do Município.
8.3.3.6	Incremento de negociação de propostas nos procedimentos por ajuste direto	DCP	Nº de negociações	12			Ate ao final do mês de março foram realizadas três sessões de negociação.
8.4.2.26	Diminuição do tempo médio dos procedimentos por tipologia	DCP	Percentagem face aos resultados constantes no relatório entregue em dezembro de 2014	10%			Os procedimentos encontram-se a decorrer, sendo que a análise deverá ser concretizada no final do ano.
8.4.2.27	Elaborar documentos de uniformização de procedimentos na área da contratação pública	DCP	N.º de documentos elaborados com devida publicitação	2			Até à data ainda não surgiram questões controvertidas dignas de uniformização.
8.4.2.28	Elaboração do manual de procedimentos	DCP	Entrega do documento	30-jun			Face à saída de um colaborador (jurista), no mês de março, os processos necessitaram de ser redistribuídos, pelo que a elaboração do documento foi suspensa.
8.4.2.36	SGQ – Simplificação do Processo de Gestão de Compras	DCP	Entrega do documento	30-mar			No dia 27/03 foi realizada reunião com a DGO, tendo sido definido pela DCP as alterações a concretizar, constando as mesmas em ata. No próximo mês serão adaptados os documentos inerentes ao Processo de Gestão das Compras.
8.4.2.37	Revisão da ficha de contratação, com elaboração de um modelo para cada tipo de procedimento	DCP	Entrega dos documentos	30-jun			Face à saída de um colaborador (jurista), no mês de março, os processos necessitaram de ser redistribuídos, pelo que a elaboração dos documentos foi suspensa.
8.5.1.7	SGQ - Eventos (sessões de esclarecimentos, workshops, etc) sobre Contratação Pública e/ou Gestão de Compras	DCP	Nº de eventos realizados	3	1		No dia 29/01 foi realizada apresentação sobre as alterações legislativas relevantes para efeitos de contratação pública, para o executivo municipal e dirigentes da CMO

**DAGF / Divisão de Gestão Patrimonial**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
8.3.1.2	Elaborar plano anual de aquisições de materiais de armazém para o ano seguinte	DGP	Data de conclusão	30-out		0	
8.3.3.4	Gestão de carteira de seguros	DGP	Lançamento de Concurso Público Internacional para seleção de Seguradora	31-mai		10	Em curso: elaboração de tabelas e preparação de peças procedimentais.
8.3.3.5	Levantamento e regularização de contratos de energia (eletricidade e gás) e água	DGP	Proposta de regularização dos Contratos por regularizar no início de 2015	Propor regularização de 80% dos contratos até Dez		5	Levantamento de todas as irregularidades existentes; Identificação das entidades que se encontram irregulares; contabilização do nº de contadores irregulares- 5%
8.3.3.7	Reorganização dos armazéns da CMO	DGP	Apresentação de projeto	30-nov		5	Em curso
8.3.3.8	Colaboração na função compras	DGP	Controlo das RI de Imobilizado e Existências de armazém	Média mensal > 50%		0,0	A iniciar com a nova aplicação.
8.3.4.4	Levantamento e regularização dos contratos de arrendamento e outras formas de cedência de imóveis	DGP	Regularização de 90% das situações pendentes em janeiro de 2015	Regularização de 90% das situações até 31-Dez		0,0	A iniciar no 2º trimestre
8.3.5.1	Atualização do cadastro e inventário municipal	DGP	Nº serviços com folhas de carga atualizadas e gestor de bens móveis atribuído (até 31-Dez)	Atualização das folhas de carga de bens móveis referente a 2 serviços da DAGF até 31-Dez		0,0	A iniciar no 2º trimestre
8.3.5.2	Atualização do cadastro e inventário municipal	DGP	Inscrição, Registo e Inventariação das Escolas e Equipamentos cedidos às Juntas de Freguesia	60% das Escolas e 40% Equipamentos cedidos às Juntas, até 31-Dez		0,0	A iniciar no 2º trimestre

**Unidade Orgânica: DAE - Departamento de Ambiente e Equipamento**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
2.1.1.1 SGQ - Projeto Jovens em Movimento	DAE / NPSA	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	95%			
2.1.1.2 SGQ - Programa de Educação Ambiental Escolar	DAE / NPSA	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	95%			
4.3.4.1 SGQ - Reorganização do Projeto Bairro Limpo	DAE / NPSA	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	95%			
8.1.1.2.2 SGQ – Assegurar a satisfação dos utentes	DAE / SVSP	Taxa de satisfação com base em inquérito	75%			
8.3.2.4 Assegurar a boa execução orçamental	DAE	Taxa execução do compromisso	75%			
8.4.2.1.4 Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	DAE	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%			
8.4.2.1.5 Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DAE	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%			
8.4.2.2.2 Otimizar recursos associados ao sistema de transporte de resíduos para tratamento e valorização (Parque de Caixas)	DAE	Diminuição do número de viagens de viaturas ligeiras à tratolixo	80%			
8.4.2.3.3 SGQ - Mercados Municipais : Reorganização / requalificação dos espaços, tendo em vista a implementação de novos modelos de gestão.	DAE / NGMMF	Taxa de cumprimento do plano anual de atividades	90% do planeado			
8.4.2.3.4 SGQ - Feiras Municipais: Disciplinar a atividade, reorganizando e requalificando os espaços, tendo em vista um melhor enquadramento das Feiras nos jardins municipais.	DAE / NGMMF	Reformulação do espaço envolvente da Feira Municipal Algés	90% do planeado			
		Revisão de planta de localização dos novos espaços em Algés	90% do planeado			
		Divulgação de espaços vagos das Feiras Municipais via internet/Revista 30dias	90% do planeado			
		Atendimento presencial/semanal aos titulares	90% do planeado			
8.4.2.3.5 SGQ – Assegurar as respostas ao exterior na sequência da análise e informação por parte dos serviços no prazo máximo de 2 dias úteis após receção no NGA	DAE / NGA	Monitorização dos pagamentos dos titulares de ocupação	90% do planeado			
		Reformulação do espaço envolvente da Feira Municipal Algés	90% do planeado			
		Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	90%			

8.4.3.3	Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	DAE / NPSA	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
8.4.4.2	SGQ- Assegurar uma boa prestação dos serviços operativos dos cemitérios	DAE / NGCM	N.º de reclamações (mensal)	≤ 2			
8.4.4.3	SGQ- Realização de inventários Trimestrais, por forma a garantir a Manutenção dos stocks atualizados para que as existências sejam coincidentes com a aplicação GES.	DAE / NGAA	Percentagem de correlação (verificação por inspeção trimestral de amostra aleatória de 50 itens)	100%			

**DAE / Divisão de Espaços Verdes**

Projetos / Iniciativas / Ações		U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.4.3.1	SGQ- Manter e gerir e requalificar os espaços de jogo e recreio	DEV	Taxa de execução do planeamento	75%			
2.1.2.2	Executar e acompanhar a execução de projetos e planos no âmbito dos espaços verdes e ambiente	DEV	Taxa de execução do planeamento	75%			
2.1.2.3	SGQ- Construir requalificar e manter os espaços verdes	DEV	Taxa de execução do planeamento	75%			
2.2.2.4	SGQ- Manter e gerir o património arbóreo e os viveiros municipais	DEV	Taxa de execução do planeamento	75%			
4.2.4.1	Desenvolvimento das ações necessárias à promoção da marca "Conde de Oeiras"	DEV	Taxa de execução do planeamento	80%			
8.3.2.5	Assegurar a boa execução orçamental	DEV	Taxa execução do compromisso	75%			
8.4.2.13	Garantir resposta a municípios, entidades externas e outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DEV	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%			
8.4.3.6	Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	DEV	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
8.4.4.1	Assegurar a monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)	DEV	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
8.5.1.4	Elaborar um diagnóstico das necessidades formativas 2015	DEV	Data de entrega do diagnóstico	30 Setembro			



DAE / Divisão de Viaturas e Máquinas

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
8.3.2.11 Assegurar a boa execução orçamental	DVM	Taxa execução do compromisso	75%			
8.3.3.1 Diminuição dos custos com a manutenção da Frota Municipal	DVM	Taxa de redução custos com a manutenção da frota [(custos da manutenção da frota de 2014 - custos da manutenção da frota de 2015)/(custos da manutenção da frota de 2014)*100	3%			
8.3.3.2 Diminuição de custos com a subcontratação de serviços	DVM	Taxa de redução custos com a subcontratação: [(custos de subcontratação de 2014 - custos da subcontratação de 2015)/(custos de subcontratação de 2014)*100	3%			
8.3.3.3 Diminuição de custos com a nível energético e ambiental	DVM	Taxa de redução custos com combustíveis: [(custos com combustíveis de 2014 - custos com combustíveis de 2015)/(custos com combustíveis de 2014)*100	3%			
8.4.2.19 SGQ - Garantir a Satisfação do Serviço Prestado pelo HelpDesk e Sector de Transportes ao Cliente Interno	DVM	Índice de Satisfação	95%			
8.4.2.20 SGQ - Garantir a disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela U.O. Competente	DVM	Taxa de disponibilidade (acumulado ao ano) (razão entre o número de viaturas disponibilizadas para a realização do serviço / o número de viaturas necessárias para a realização do mesmo)	90%			
8.4.2.21 SGQ - Garantir a realização dos Pedidos de Trabalho	DVM	Taxa de Concretização das Necessidades/Solicitações (acumulado ao ano)	90%			
8.4.3.5 Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	DVM	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
8.5.1.6 Executar o Plano de formação exigida por Lei para os Colaboradores da DVM	DVM	Taxa de Cumprimento do plano de implementação	100%			
8.3.2.11 Assegurar a boa execução orçamental	DVM	Taxa execução do compromisso	75%			
8.3.3.1 Diminuição dos custos com a manutenção da Frota Municipal	DVM	Taxa de redução custos com a manutenção da frota [(custos da manutenção da frota de 2014 - custos da manutenção da frota de 2015)/(custos da manutenção da frota de 2014)*100	3%			
8.3.3.2 Diminuição de custos com a subcontratação de serviços	DVM	Taxa de redução custos com a subcontratação: [(custos de subcontratação de 2014 - custos da subcontratação de 2015)/(custos de subcontratação de 2014)*100	3%			
8.3.3.3 Diminuição de custos com a nível energético e ambiental	DVM	Taxa de redução custos com combustíveis: [(custos com combustíveis de 2014 - custos com combustíveis de 2015)/(custos com combustíveis de 2014)*100	3%			
8.4.2.19 SGQ - Garantir a Satisfação do Serviço Prestado pelo HelpDesk e Sector de Transportes ao Cliente Interno	DVM	Índice de Satisfação	95%			

**DAE / Divisão de Higiene Urbana**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
2.2.1.1	SGQ - Elaborar e monitorizar o Plano de Ação Municipal para a Gestão de resíduos (PAMGRU)	DHU	Taxa de execução do Plano	100%			
2.2.1.3	SGQ - Rentabilizar o parque de viaturas na recolha dos resíduos indiferenciados	DHU	Resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente (t) / Capacidade instalada de viaturas de recolha de resíduos (m3)	[400;450] Kg/m3			Indicador Ersar
2.2.1.4	SGQ - Aumentar a frequência de lavagem dos contentores de recolha indiferenciada	DHU	Nº de contentores lavados/ Nº de contentores	4 x un/ano			Indicador Ersar
2.2.1.5	Renovação do parque de viaturas	DHU	Kms percorridos pelas viaturas RU/ N.º viaturas afetadas ao serviço de recolha	[0; 250000]			Indicador Ersar
2.2.2.1	Redefinição do planeamento da Limpeza Urbana e Recolha	DHU	Taxa de execução do Planeamento	95%			
8.3.2.6	Assegurar a boa execução orçamental	DHU	Taxa execução do compromisso	75%			
8.4.2.11	SGQ - Garantir resposta a municípios e outras entidades externas em 15 dias úteis	DHU	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%			
8.4.2.12	Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DHU	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%			
8.4.3.4	Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança.	DHU	Taxa de cumprimento do planeamento	85%			
8.5.1.5	Assegurar formação adequada aos funcionários da UO	DHU	N.º de horas de formação realizadas/40% do universo de funcionários da DHU/UHU	35 Horas func.			

**DAE / DHU / Unidade de Higiene Urbana**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
2.2.1.2	SGQ - Cumprir os circuitos de recolha indiferenciada e seletiva	DHU / UHU	Taxa de execução dos circuitos de recolha indiferenciada programados	99%			
			Taxa de execução dos circuitos de recolha seletiva programados	95%			
			Taxa de recolha seletiva	14%			
2.2.2.2	SGQ - Cumprir os planos de higiene, limpeza e manutenção do espaço público (praias e ribeiras inclusive)	DHU / UHU	Taxa de cumprimento do planeamento (Verificação trimestral - varredura manual)	75%			
2.2.2.3	SGQ - Realizar as recolhas de monos e resíduos verdes, a pedido, no dia marcado	DHU / UHU	Taxa de execução das recolhas no dia marcado	90%			
2.2.1.2	SGQ - Cumprir os circuitos de recolha indiferenciada e seletiva	DHU / UHU	Taxa de execução dos circuitos de recolha indiferenciada programados	99%			

**Unidade Orgânica: DCDS - Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
4.3.1.1	Banco Local de Voluntariado de Oeiras	DCDS	Taxa de execução (voluntários captados/ colocados)	70%	47%		
8.1.1.4	Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos munícipes participantes em ações da DCDS	DCDS	SGQ - Grau de satisfação	≥ 4,2	0		
8.1.1.5	Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos parceiros da DCDS	DCDS	Grau de satisfação	≥ 4,2	0		
8.4.2.23	Prestar informação periodicamente sobre a situação social do Concelho no âmbito da ação social e saúde (recolha de informação e elaboração de relatório)	DCDS	N.º de relatórios	1	0		
4.3.1.1	Banco Local de Voluntariado de Oeiras	DCDS	Taxa de execução (voluntários captados/ colocados)	70%	47%		
8.1.1.4	Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos munícipes participantes em ações da DCDS	DCDS	SGQ - Grau de satisfação	≥ 4,2	0		
8.1.1.5	Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos parceiros da DCDS	DCDS	Grau de satisfação	≥ 4,2	0		

DCDS / Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
3.3.1.1 Programas e projetos de ocupação de tempos livres, animação e formação dos jovens	DASSJ-NJ	N.º de participantes em atividades de ocupação de tempos livres remuneradas	1000/ ano	172		
		Nº utilizadores dos espaços da Rede de Juventude	5000/ano	620		
		Taxa de realização das ações programadas para os espaços da Rede Juventude	80%	55%		Previstas: 20 Realizadas: 11 (1 no Carnaval e 10 na Páscoa)
		N.º de participantes em colónias de férias abertas e atividades nas pausas letivas da Rede Juventude	500/ ano	23		
		Taxa de realização das ações de formação programadas	100%	25%		Previstas: 4 Realizadas: 1 (Noções básicas de S.B.Vida)
3.3.1.2 Apoyo aos organismos juvenis no desenvolvimento de projetos de interesse municipal/juvenil	DASSJ-NJ	Taxa de realização das ações de animação programadas	100%	40%		Previstas: 5 Realizadas: 2 (CIM e Juv. Oei!)
		Taxa de execução do orçamento disponível (organismos juvenis)	100%	7%		Dotação Global : 35.000€ Atribuído: 2.400€
		Taxa de realização das ações de animação programadas em parceria	80%	22,8%		Previstas: 35 Realizadas: 8 (Make it Possible AIESEC; Encontro nacional de jogos de tabuleiro; 17º Encontro Núcleo da Barra CNE Parque dos Poetas; III Semana da saúde UATLA; V Semana da Nutrição UATLA; Encontro da Náutica, Torneio Desportivo UATLA, Torneio náutica)
		N.º de projetos apoiados	2	0		
		Taxa de resposta aos pedidos de atendimento dos CLAIL	100%	95%		
4.3.2.1 Projetos dirigidos à família, infância, a população idosa e dependente, a população com Deficiência, os Imigrantes, entre outros.	DASSJ	Taxa de execução das ações do Plano Municipal para a Deficiência	1	65,2%		
		Data de entrega do draft do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes para aprovação superior	Até 31 de Março de 2015	0		
		Data de conclusão da inserção dos dados preliminares recolhidos através da Cartografia dos Idosos Isolados do Concelho na Plataforma	Até 30 de Setembro de 2015	0		
4.3.2.2 Medidas de Apoio Social e Económico (FES, Participação em Medicamentos)	DASSJ	Taxa de resposta aos pedidos no âmbito do FES de acordo com critérios	100%	100%		
		Prazo de entrega do relatório de monitorização/avaliação	Anualment	1		Relatório de execução relativo a 2014

Informação Escrita do Presidente

(c) do nº2, do Art.º 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)

		anual da Medida de Comparticipação de Medicamentos	e até 30 Setembro		apresentado na Informação n.º 6/DASSJ-Saúde/2015 de 06/02/2015.	
4.3.2.3.	Espaços de proximidade/ Projetos de intervenção comunitária	DASSJ	80%	0	A contabilizar em Abril.	
4.3.2.4.	Projetos na área do emprego e da inserção profissional	DASSJ	1200/ ano	415		
4.3.3.1	Parcerias no âmbito da Rede Social	DASSJ	80%	0		
4.3.3.2	Apoio à construção e requalificação de equipamentos/respostas sociais	DASSJ	80%	72,96 %	Este valor correspondente ao valor do compromisso (304.799,92€)	
4.3.3.3	Apoio à manutenção de atividades desenvolvidas pelos agentes sociais	DASSJ	Até ao dia 31 de Maio.	0		
3.3.1.1	Programas e projetos de ocupação de tempos livres, animação e formação dos jovens	DASSJ-NJ	N.º de participantes em atividades de ocupação de tempos livres remuneradas	1000/ ano	172	
			Nº utilizadores dos espaços da Rede de Juventude	5000/ano	620	
			Taxa de realização das ações programadas para os espaços da Rede Juventude	80%	55%	Previstas: 20 Realizadas: 11 (1 no Carnaval e 10 na Páscoa)
			N.º de participantes em colónias de férias abertas e atividades nas pausas letivas da Rede Juventude	500/ ano	23	Previstas: 4; Realizadas: 1 (Noções básicas de S.B.Vida)
3.3.1.2	Apoio aos organismos juvenis no desenvolvimento de projetos de interesse municipal/juvenil	DASSJ-NJ	Taxa de realização das ações de formação programadas	100%	25%	Previstas: 5; Realizadas: 2 (CIM e Juv. Oeil)
			Taxa de realização das ações de animação programadas	100%	40%	
4.1.2.1	Cuidados Continuados Integrados - apoio a projetos	DASSJ	Taxa de execução do orçamento disponível (organismos juvenis)	100%	7%	Dotação Global :35.000€ Atribuído: 2.400€
			Taxa de realização das ações de animação programadas em parceria	80%	22,8%	Previstas: 35; Realizadas: 8 (Make it Possible AIESEC; Encontro nacional de jogos de tabuleiro; 17º Encontro Núcleo da Barra CNE Parque dos Poetas; III Semana da saúde UATLA; V Semana da Nutrição UATLA; Encontro da Náutica, Torneio Desportivo UATLA, Torneio náutica)
4.3.2.1	Projetos dirigidos à família, infância, a população idosa e dependente, a população com Deficiência, os Imigrantes, entre outros.	DASSJ	N.º de projetos apoiados	2	0	
4.3.2.1		DASSJ	Taxa de resposta aos pedidos de atendimento dos CIAII	100%	95%	
			Taxa de execução das ações do Plano Municipal para a Deficiência	1	65,2%	

**DCDS / Divisão de Desporto**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
4.1.1.1	SGQ - Programas e iniciativas de promoção de estilos de vida saudáveis e prática de atividade física	DD	N.º de abrangidos/atividade regular	2000/ano	191		
			SGQ - N.º de ações realizadas e apoiadas	10/ano	3		
4.1.1.2	SGQ - Programas e ações de dinamização desportiva	DD	N.º de atividades promoção atletismo	14/ano	6		
			SGQ - Grau de satisfação dos participantes	≥ 4,2	0		
4.1.1.3	SGQ - Apoio a entidades e iniciativas que promovam a participação desportiva	DD	SGQ - Execução do orçamento disponível para a Manutenção de Atividades	85%	367.400€	51%	
			N.º de ações apoiadas	17/ano	7		

**Unidade Orgânica: DECPC - Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento**

**DECPC/ Divisão de Cultura e Turismo**

1.3.1.1	Projetos de cooperação com agentes de turismo	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.3.1.1	Projetos de cooperação com agentes de turismo	DCT	Número de novas parcerias por ano	2	2		
1.3.1.2	Projetos de divulgação e promoção da oferta turística do concelho	DCT	Número de projetos de turismo náutico, cultural, eventos e enoturismo	4	4		
4.2.1.1	Projetos de valorização, dinamização e promoção das artes	DCT	Taxa de ocupação da sala em função da lotação esperada (definida em projeto)	90%		76	
		DCT	Taxa de execução do programa expositivo (anual)	100%		22	
		DCT	Taxa de realização de atividades de serviço educativo em exposições	90%		29	
4.2.1.2	Projetos de promoção dinamização e divulgação do património histórico	DCT	Número de Seminários/ Conferências de acordo com o Plano de Atividades	3			
		DCT	Taxa de execução das ações de dinamização do património histórico-cultural	95%		29	
		DCT	Taxa de participação nas iniciativas com inscrição	75%		93	
4.2.2.2	Projetos de valorização do capital cultural municipal	DCT	Taxa de conclusão inventário bens artísticos (previsto concluir em dez 2017)	100%			Aguarda Despacho Superior
		DCT	Número de novas parcerias (anual)	2	2		
4.2.3.1	Projetos de parceria com os agentes culturais, ao nível municipal regional e nacional, para o desenvolvimento de programação cultural em rede	DCT	Realização de auditorias aos agentes culturais (anual)	3			
		DCT	Número de novos projetos locais em colaboração com agentes locais (anual)	2	2		
4.2.3.2	Iniciativas com vista à manutenção e alargamento da rede de parcerias para dinamização dos espaços históricos (ano)	DCT	Número de projetos com parcerias já estabelecidas	5	5		
8.1.1.16	SGQ - Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos municípios participantes em ações da DECPC	DCT	Número de novas parcerias	2	2		
8.1.1.18	Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos parceiros da DCT	DCT	Grau de satisfação	≥4,2			
		DCT	Grau de satisfação	≥4,2			



DECPC / Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
4.2.1.3 SGQ - Projetos de promoção da leitura e das literacias	DBDI	Nº de Participações	Total Ano: 19.000	4.258		Participantes nas actividades Programa Oeiras a Ler
	DBDI	Nº de Ações	Total Ano: 600	164		Ações do Programa Oeiras a Ler
	DBDI	Grau de Satisfação	≥ 4,2	4,2		Avaliação das sessões do Programa Oeiras a Ler
	DBDI	Nº de títulos digitalizados (memórias de Oeiras)	200	12		
	DBDI	Disponibilização online	100%		1	100% significa a disponibilização online
	DBDI	nº de empréstimos da RBMO	122.000	30.521		Média mensal de 10.167 empréstimos
4.2.2.1 Gerir equipamentos, instalações e serviços	DBDI	Taxa de utilização dos postos de acesso à Internet nos Espaços <i>Multimédia</i>	60%		13	100% de Taxa de utilização= 96.384 horas de utilização 60% equivale a 57.830 horas de utilização
	DBDI	Nº de Instituições/Serviços abrangidos	59	15		
	DBDI	Nº de Ações	292	102		Inclui Serviço Educativo
4.2.3.3 Atividades Fora de Portas (ano)	DBDI	Grau de Satisfação	≥ 4,2	4,3		Inquérito aos parceiros
8.1.1.17 SGQ - Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos municípios (DBDI)	DBDI	Grau de satisfação	≥4,2	n.a.		Inquérito a realizar no final do ano
	8.1.1.19 Aplicação de instrumento de avaliação da satisfação dos parceiros da DBDI	Grau de satisfação	≥4,2	n.a.		Inquérito a realizar no final do ano

**DECPC / Divisão de Educação**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
3.2.1.1	Ações de monitorização do desempenho das escolas	DE	Nº de relatórios de monitorização	8	12		
3.2.2.1	Serviço de acolhimento às crianças, antes do período diário letivo, gratuito e universal	DE	% de Jardins de Infância abrangidos	100%	18	100	
3.2.2.2	Disponibilização das AAAF nos JI's	DE	% de crianças abrangidas nas AAAF	+ 10% do nº de crianças abrangidas (face ano anterior)	406	14	
3.2.2.3	Controlo da qualidade do serviço de refeitórios escolares	DE	Grau de satisfação das escolas e dos utilizadores, aferido por inquérito	Média ≥ 3 (escala de 1 a 5)			Aplicação no 1.º semestre. Relatório no 2.º semestre.
3.2.2.4	Monitorização do sistema de gestão de refeições e prolongamento de horário	DE	% de respostas aos pedidos de esclarecimento solicitados pelos utilizadores	85% de respostas num prazo máximo de 5 dias	796	100	Todos os pedidos solicitados pelos utilizadores da aplicação de gestão de refeições e prolongamento de horário são satisfeitos mensalmente. janeiro: 235 respostas; fevereiro:322 respostas; março: 239 respostas
3.2.4.1	Elaboração de plano anual para ajustamento da rede escolar às necessidades da população	DE	Prazo entrega do plano anual de reordenamento da rede escolar	Até final de maio	1	100	Plano entregue a 26 de março de 2015.
		DE	% de medidas do plano executadas por ano letivo	≥ 85% de medidas executadas no ano letivo seguinte			Só no final do ano escolar em curso.

DECPC / DE / Unidade de Infraestruturas da Educação

3.2.3.1	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
3.2.3.1	Monitorização da aplicação dos recursos financeiros concedidos aos Agrupamentos	DE / UIE	% de execução financeira das verbas atribuídas	% média de execução financeira das verbas atribuídas			Os Agrupamentos de Escola estão em fase de entrega dos relatórios de execução das verbas.
3.2.4.2	Elaboração de plano de manutenção dos edifícios e equipamentos escolares	DE / UIE	Prazos de apresentação das versões preliminar e final do plano	Versão preliminar do Plano até Dezembro de 2014; versão final até 30-05-2016			Não foi ainda possível formalizar a versão preliminar do Plano.
3.2.4.3	Elaboração de planos específicos para cada escola	DE / UIE	50% do parque escolar municipal, até 2017. A Meta Ano é evolutiva: 2014: 5% [2 escolas]; 2015: 10% [5 escolas]; 2016: 15% [10 escolas]; 2017: 20% [15 escolas] (universo: 29 escolas)	% de planos elaborados			2 escolas com plano elaborado pela CMO em 2014.

**Unidade Orgânica: DHRU - Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana**

Projetos / Iniciativas / Ações		U.O.	Indicadores	Meta	Resultado Valor	Resultado %	Observações
8.3.2.10	Assegurar boa execução orçamental	DHRU	Taxa de execução do compromisso	100%			

**DHRU / Divisão de Projetos Especiais**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
1.1.4.4 Intervenções de Requalificação e Regeneração de áreas urbanas degradadas e/ou desqualificadas	DPE	Número de Estudos e Projetos	Execução de: 2 Projetos			
	DPE	Número de Consignações	1 Consignação Obra			
	DPE	Conclusões de Empreitadas	1 Conclusão Obra			
	DPE	Emissões de Alvará	1 Emissão Alvará			
1.1.6.1 Desenvolvimento do Programa de Habitação Jovem nos Centros Históricos	DPE	Número de Estudos e Projetos	Execução de: 2 Projetos			
	DPE	Número de Consignações	1 Consignação Obra			
	DPE	Conclusões de Empreitadas	1 Conclusão Obra			
1.1.8.1 Desenvolvimento de Projetos e Obras de Equipamentos Colectivos e Património Histórico	DPE	Número de Estudos e Projecto	Conclusão de 3 Projetos			
	DPE	Número de Consignações	3 Consignações			
	DPE	Conclusões de Empreitadas	Conclusão de 3 obras			

**DHRU / Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
1.1.4.1 Conservação e Manutenção de Fogos Devolutos e Ocupados	DPRH	Taxa de Reparação de Fogos Devolutos do PHM	>75%			
	DPRH	Tempo médio de reparação de fogos ocupados (dias)	< 80			
1.1.4.2 Intervenção no Espaço Público	DPRH	Número de ações concluídas	3			
1.1.4.3 Requalificação do Edificado e Lojas	DPRH	Número de Empreitadas Lançadas	2			

**DHRU / Divisão de Gestão do Parque Habitacional**

Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
				Valor	%	
1.1.10.1 Implementação de programas de intervenção social	DGPH	Nº de Projetos de intervenção social operacionalizados	3 Projetos			
1.1.10.2 Gestão de Rendas	DGPH	Tempo para a operacionalização da Lei nº 81/14	31-12-2015			
	DGPH	Taxa de negociação da dívida (pagamento integral + PA)	> 50%			
1.1.10.3 Gestão do Parque Habitacional	DGPH	Atribuir fogos municipais (Obs. / Reajustamento)	80% dos fogos reparados			

**Unidade orgânica: DOM - Departamento de Obras Municipais**

**DOM / Divisão de Estudos e Projetos**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.4.2.1	Obras de Requalificação/Conservação de equipamentos municipais	DEM	taxa de cumprimento do planeado	75%		20,9	
1.4.5.1	Obras de Recuperação do conjunto do Palácio Marquês de Pombal	DEM	taxa de cumprimento do planeado	75%		29,3	
1.4.6.1	Edificar novos equipamentos municipais	DEM	taxa de cumprimento do planeado	75%		35,0	
2.1.3.1	Concretizar as ações do PAESO afetas à DEM	DEM	taxa de cumprimento do planeado	75%		42,9	
3.1.2.1	Manutenção de Escolas Básicas e JI's (articulação com o DE)	DEM	taxa de resposta às solicitações	75%		4,4	
8.3.2.8	Assegurar a boa execução orçamental	DEM	Taxa execução do compromisso	75%		22,3	
8.4.2.16	SGQ - Garantir resposta a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DEM	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%		81,1	

DOM / Divisão de Equipamentos Municipais

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.1.1.1.1	Realização de Projetos de valorização do Espaço público	DEP	Taxa de cumprimento do planeado	75%		21%	Estão em curso procedimentos para várias obras em equipamentos municipais.
1.4.2.2	Projetar equipamentos novos bem como requalificar equipamentos e infraestruturas	DEP	Taxa de cumprimento do planeado	75%		0%	Estão em curso procedimentos para o início de obra em várias vertentes (adega, Segurança , eletricidade e caixilharias)
2.1.2.1	Desenvolvimento de projetos de requalificação de espaços verdes	DEP	Taxa de execução do planeamento	75%		27%	Neste ponto considera-se a execução física em 2015 das obras do PPOetas, das Novas oficinas e Centro de Saúde de Carnaxide sendo q esta ainda não foi consignada
3.1.1.1	Elaboração de projetos de requalificação de Escolas	DEP	Taxa de cumprimento do planeado	75%		0%	
7.2.1.1	Elaboração de estudos e projectos para o desenvolvimento do passeio marítimo de Oeiras (3.ª Fase B)	DEP	Taxa de cumprimento do planeado	75%		9%	Estão em curso procedimentos para o início de obra em várias escolas.
8.3.2.7	Assegurar a boa execução orçamental	DEP	Taxa execução do compromisso	75%		21%	
8.4.2.18	Garantir resposta a municipais e outras entidades externas, bem como a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DEP	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%		39%	Em 31 de Mar 15 estavam registados na DEM 945 pedidos sendo que 406 estavam encerrados (executados e anulados/sem seguimento) e estão a aguardar material 122 pedidos.

DOM / Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.4.1.1	Remodelar e manter a iluminação pública	DGEPIM	Taxa de execução do planeamento da remodelação/ manutenção	75%		12,8	
1.4.1.2	Concretizar as ações do PAESO	DGEPIM	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
1.4.3.2	Intervir em equipamentos de trânsito (sinalização rodoviária, semáforos), organização do estacionamento e medidas de acalmia de tráfego	DGEPIM	Taxa de execução do planeamento	75%		19,7	
1.4.4.1	Reparação/ Manutenção de obras de Arte - Pontes, Viadutos e Afins	DGEPIM	Taxa de cumprimento do planeamento	75%			
1.4.4.2	Reparação/Conservação de Arruamentos no Concelho	DGEPIM	Taxa de cumprimento do planeamento	75%		7,0	
8.3.2.9	Assegurar a boa execução orçamental	DGEPIM	Taxa execução do compromisso	75%		40,3	
8.4.2.17	Garantir resposta a municípios e outras entidades externas bem como a outras unidades orgânicas em 15 dias úteis	DGEPIM	Taxa de cumprimento dos prazos de resposta	75%		99,0	1.409 Entradas



**Unidade Orgânica: DPGU - Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística**

**DPGU / Divisão de Planeamento e Mobilidade**

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.1.2.2	Execução formal de 2 Instrumentos de Planeamento, nos termos do RGIT, designadamente o PU da Serra de Carnaxide e o PU da Frente Ribeirinha e Estudo para a subunidade Operativa n.º 2.2 do PUAPCT.	DPMob	Taxa de execução dos Instrumentos de Planeamento	100% dos Instrumentos de Planeamento até 15 de Dezembro de 2016			
1.1.5.1	Identificar e Estudo de Potencialidades de Imóveis Destinados ao "Habitar Oeiras"	DPMob	Taxa de execução dos estudos / oportunidades	100% das oportunidades			
1.1.9.1	Estudo de Reordenamento Viário (da circulação e do estacionamento) para a implementação do Metro Ligeiro de Superfície entre Algés e a Falagueira - desenvolvimento do troço entre a rotunda da Av. General Humberto Delgado (junto à policia) e a rotunda da Praça de Touros em Algés. Estudo de Reordenamento Viário (da circulação e do estacionamento) para o prolongamento da Linha de Elétrico - desenvolvimento do troço entre a Av. Carolina Michaelis em Linda-a-Velha e a Rua João Chagas na Cruz-Quebrada..	DPMob	Taxa de execução do Estudo	100% do Estudo até 15 de Dezembro de 2016			
5.1.5.1	Apoio Técnico Específico para a Localização de Equipamentos e Atividades Económicas.	DPMob	Tempo de resposta às solicitações de apoio técnico	2 semanas			
8.1.1.14	Redução do Número de Reclamações de Funcionamento ou Atuação por parte de Particulares, Agentes Económicos ou Instituições.	DPMob	Número de reclamações	1 Reclamação			
8.3.2.15	Assegurar a boa execução orçamental	DPMob	Taxa de execução do compromisso	75%			
8.4.2.29	Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos e solicitações diversas	DPMob	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2014	Em 95% dos casos 21 dias			
8.5.1.8	Reforçar competências e qualificações dos colaboradores.	DPMob	Taxa de reforço de competências	Monitorização			

DPGU / Divisão de Gestão Urbanística e Apoio às Atividades Económicas

	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
1.1.2.3	Execução de 2 Projetos de Requalificação da Imagem Urbana de Áreas Residenciais, em áreas piloto.	DGUAAE	Taxa de execução dos projetos	100% dos Projetos até 15 de Dezembro de 2016			
5.1.5.2	Apoio Técnico Específico para a Localização de Equipamentos e Atividades Económicas.	DGUAAE	Tempo de resposta às solicitações de apoio técnico	1 semana			
8.1.1.15	Redução do Número de Reclamações de Funcionamento ou Atuação por parte de Particulares, Agentes Económicos ou Instituições.	DGUAAE	Número de reclamações	1 Reclamação			
8.3.2.16	Assegurar a boa execução orçamental	DGUAAE	Taxa de execução do compromisso	75%			
8.4.2.30	Manutenção, Atualização e Disponibilização das Bases de Dados do Cadastro dos Estabelecimentos de Comércio, Indústria e Equipamentos Coletivos Privados.	DGUAAE	Prazo de atualização das bases de dados	18 dias			
8.4.2.31	Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos.	DGUAAE	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2014	Em 95% dos casos 14 dias			
8.5.1.9	Reforçar competências e qualificações dos colaboradores.	DGUAAE	Taxa de reforço de competências	Monitorização			

DPGU / Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo

8.1.1.12	Projetos / Iniciativas / Ações	U.O.	Indicadores	Meta	Resultado		Observações
					Valor	%	
8.1.1.12	Melhorar a satisfação dos municípios com o serviço de atendimento ao público da Divisão	DLAA	Grau de satisfação dos municípios que se deslocam ao atendimento da Divisão através da realização de inquéritos de satisfação (Referência 2014)	80%			
8.1.1.13	Redução do Número de Reclamações de Funcionamento ou Atuação por parte de Particulares, Agentes Económicos ou Instituições.	DLAA	Número de reclamações	1 Reclamação			
8.3.2.17	Assegurar a boa execução orçamental	DLAA	Taxa de execução do compromisso	75%			
8.4.2.32	Redução dos Tempos no Tratamento e Análise de Requerimentos.	DLAA	Taxa de redução do tempo de tratamento e análise de requerimentos face a 2014	Em 95% dos casos 5 dias			